

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

HOZANA CONCEIÇÃO GALDINO

ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES URBANOS
EM FUNÇÃO DE LAZER E SUSTENTABILIDADE
– Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)–

CARUARU
2016

HOZANA CONCEIÇÃO GALDINO

ADMINISTRAÇÃO DE PARQUES URBANOS
EM FUNÇÃO DE LAZER E SUSTENTABILIDADE

– Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)–

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) do Centro Acadêmico do Agreste (CAA), como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. D.Sc. Sandro Valença

CARUARU
2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

- G149a Galdino, Hozana Conceição.
Administração de parques urbanos em função de lazer e sustentabilidade: estudo de casos múltiplos no município de Caruaru (PE). / Hozana Conceição Galdino. – 2017.
139f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Sandro Valença.
Monografia (Trabalho de conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2017.
Inclui Referências.
1. Parques urbanos – Caruaru (PE). 2. Sustentabilidade. 3. Lazer. I. Valença, Sandro (Orientador). II. Título.

658 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2017-063)

HOZANA CONCEIÇÃO GALDINO

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade

– Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE) –

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduada em Administração pelo Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco

Caruaru, 6 de fevereiro de 2017

Prof. D.Sc. Cláudio José Montenegro de Albuquerque
Coordenador do Curso de Administração

Prof. D.Sc. Sandro Valença
Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco
Orientador

Profa. M.Sc. Daniella Ramos
Departamento de Ciências Administrativas/Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora

Prof. M.Sc. Francisco Ricardo Bezerra Fonseca
Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco
Examinador

Dedico este trabalho ao meu pai — *in memoriam* —, por todo amor e carinho.

À minha mãe e à minha irmã, por todo incentivo durante minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me iluminado durante esta etapa da minha vida, permitindo-me viver com saúde e determinação e oferecendo-me discernimento para superar os momentos difíceis da minha vida.

A meu pai — *in memoriam* —, que me ensinou valores que jamais deixarei de praticar, dedicando a mim amor, paciência e cuidado.

À minha mãe, Amara, por todo amor, paciência, incentivo e esforços para que pudesse prosseguir com meus estudos.

À minha irmã, Margarida, por todo apoio ao longo do curso.

À minha madrinha, Mauricélia, e aos meus tios e tias, aos primos e primas, pelo apoio durante a jornada.

Aos meus professores — mestres e doutores — do curso de Administração da UFPE, por sua dedicação em contribuir com meu aprendizado na graduação. Em especial, ao meu orientador, o Prof. Sandro Valença, pelos preciosos ensinamentos adquiridos ao longo da graduação e, agora, pela paciência e disponibilidade durante a orientação para o desenvolvimento e conclusão do presente trabalho.

Aos meus prezados colegas de curso, que durante toda a caminhada estiveram juntos comigo; em especial, às minhas amigas Jeanne, Laudicéa, Ligivânia, Marcia Maria e Mona Lisa, por cada instante compartilhado, em que rimos e apoiamos umas às outras nas dificuldades, e por cada momento de estudo, em que trocamos conhecimentos.

Aos entrevistados, pela contribuição essencial para desenvolvimento do trabalho.

Enfim, a todos os outros que, de alguma forma, cooperaram com a realização deste.

*A verdadeira viagem de descoberta não consiste em
ver novas paisagens, mas em ver com novos olhos.*

Marcel Proust

RESUMO

A cidade de Caruaru (PE), reconhecida pela riqueza cultural, expressa no artesanato e nas festividades juninas, tem se voltado, nos últimos anos, à formação de uma nova face local. O verde dos canteiros, das avenidas, dos parques e das praças demonstra que o poder municipal passou a elaborar projetos para a preservação da natureza seguida pela oferta de bem-estar à população. O processo de instalação dos parques na cidade deu-se de maneira significativamente rápida, dado que, entre o primeiro — o Parque Ambientalista Severino Montenegro, que abriu caminho para a construção de outros quatro — e a instalação do mais recente, passaram seis anos. Considerando a importância dos parques em função do lazer e cuidados com o ambiente natural, este trabalho consiste em uma investigação a respeito da oferta de lazer e da fomentação da sustentabilidade por meio dos parques São Francisco e Severino Montenegro, a fim de diagnosticar falhas e propor soluções a serem utilizadas pela administração dos mesmos. Para atingir seus objetivos, o estudo usou o método de estudo de caso múltiplo e, por meio da combinação das fontes de evidências — estudo exploratório e descritivo das áreas, estudo bibliográfico e documental, entrevistas semiestruturadas e observações de campo —, coletou-se as evidências necessárias. Os resultados centrais apontam que as políticas presentes na criação e manutenção dos parques têm encontrado falhas significativas para o efetivo alcance das finalidades básicas deles — lazer e sustentabilidade ecológica. Observou-se, ainda, que a (i) inadequada execução das políticas públicas que direcionam a criação dos parques, a (ii) insuficiência de investimentos na estrutura e as (iii) ações de vandalismo estão entre os principais obstáculos a serem enfrentados pela administração.

Palavras-chave: Parques urbanos. Lazer. Sustentabilidade. Políticas públicas.

ABSTRACT

The city of Caruaru (PE), renowned for its cultural richness, expressed in the crafts and festivities of the June, has become, in recent years, the formation of a new local face. The green of the flowerbeds, the avenues, the parks and the squares show that the municipal power began to elaborate projects for the preservation of the nature followed by the offer of well-being to the population. The process of installing the parks in the city took place in a very rapid way, given that, between the first one - the Severino Montenegro Environmental Park, which paved the way for the construction of four others — and the installation of the most recent, six years have passed. Considering the importance of parks as a function of leisure and care for the natural environment, this work consists of an investigation of the leisure offer and the promotion of sustainability through the São Francisco and Severino Montenegro parks, in order to diagnose failures and propose Solutions to be used by the administration thereof. To achieve its objectives, the study used the multiple case study method and, by combining the sources of evidence — an exploratory and descriptive study of the areas, a bibliographic and documentary study, semi-structured interviews and field observations — the Evidence. The central results point out that the policies present in the creation and maintenance of parks have found significant failures to effectively reach their basic goals — leisure and ecological sustainability. It was also observed that (i) the inadequate execution of the public policies that guide the creation of the parks, (ii) insufficient investments in the structure and (iii) vandalism actions are among the main obstacles to be faced by the administration.

Keywords: Urban parks. Recreation. Sustainability. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espaço conceitual da pesquisa: Caruaru (PE).....	21
Figura 2: Convergência de várias fontes de evidências.....	74
Figura 3: Etapas para realização de entrevistas e observações.....	75
Figura 4: Esquema para a coleta de evidências.....	76
Figura 5: Esquema para a análise de evidências.....	78
Figura 6: Imagem satélite da área do Parque Ambientalista Severino Montenegro.....	83
Figura 7: Imagem satélite da área do Parque São Francisco.....	84
Figura 8: Estrutura administrativa dos parques.....	90
Figura 9: Procedimentos para a criação e execução de projetos.....	91
Figura 10: Mapa do Parque Ambientalista Severino Montenegro.....	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	Parque Ecológico Serra dos Cavalos.....	22
Fotografia 2:	Entrada do Parque das Baraúnas.....	23
Fotografia 3:	Parque das Rendeiras.....	24
Fotografia 4:	Parque Drayton Nejaim.....	24
Fotografia 5:	Entrada do Parque São Francisco.....	25
Fotografia 6:	Área interna do Parque São Francisco.....	26
Fotografia 7:	Margens do rio Ipojuca.....	27
Fotografia 8:	Terreno onde se localizava a usina de asfalto.....	28
Fotografia 9:	Entrada do Parque Severino Montenegro.....	28
Fotografia 10:	Lanchonete da Apodec localizada no interior do PASM.....	85
Fotografia 11:	Parque Ambientalista Severino Montenegro no ano de 2012.....	86
Fotografia 12:	Parque Ambientalista Severino Montenegro no ano de 2016.....	86
Fotografia 13:	Parque São Francisco no ano de 2015.....	86
Fotografia 14:	Parque São Francisco no ano de 2016.....	87
Fotografia 15:	Lixeiras para recicláveis no PASM.....	89
Fotografia 16:	Excursão didática no PASM.....	94
Fotografia 17:	Recomendações sobre o parque — “Os dez mandamentos do parque”.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Situações relevantes para diferentes métodos de estudo.....	63
Quadro 2:	Seções do protocolo de estudo de caso.....	70
Quadro 3:	Rotulação dos sujeitos — RI.....	72
Quadro 4:	Rotulação dos sujeitos — RII.....	72
Quadro 5:	Rotulação dos sujeitos — RIII.....	72
Quadro 6:	Rotulação dos sujeitos — Usuários do Parque Ambientalista Severino Montenegro.....	72
Quadro 7:	Rotulação dos sujeitos — Usuários do Parque São Francisco.....	72

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
APODEC	Associação dos Portadores de Deficiência de Caruaru
COMMAD	Comissão sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DMA	Diretoria de Meio Ambiente
EC	Estudo de caso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LED	<i>Light emitting diode</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
ONU	Organização das Nações Unidas
PASM	Parque Ambientalista Severino Montenegro
PE	Pernambuco
PET	Politereftalato de etileno
PM	Parque(s) municipal(is)
PMC	Prefeitura Municipal de Caruaru
PNRS	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PP	Política pública
PSF	Parque São Francisco
PU	Parque urbano
PUM	Parque Urbano Municipal
R	Responsável
SMA	Superintendência de Meio Ambiente
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
URB	Empresa de Urbanização e Planejamento

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA E PROBLEMA.....	18
1.1.1 Problemática.....	18
1.1.2 Problema.....	19
1.2 OBJETIVOS.....	20
1.2.1 Objetivo Geral.....	20
1.2.2 Objetivos Específicos.....	20
1.3 DELIMITAÇÃO ESPACIAL.....	21
1.4 JUSTIFICATIVAS.....	29
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	30

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
2.1 LAZER.....	31
2.1.1 Funções do Lazer.....	32
2.1.2 Propriedades do Lazer.....	33
2.1.3 Classificação das Atividades de Lazer.....	34
2.1.4 Atividades Opostas ao Lazer.....	35
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	36
2.2.1 Dimensões da Sustentabilidade.....	40
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
2.3.1 Tipos de Políticas Públicas.....	43
2.3.2 Políticas Públicas e Sustentabilidade.....	45
2.3.3 Políticas Públicas e Oferta de Lazer.....	49
2.4 PARQUE URBANO.....	52
2.4.1 Funções do Parque.....	54
2.4.2 Tipos de Parques.....	56
2.4.3 Administração dos Parques Urbanos Municipais.....	58
2.4.3.1 <i>Administração dos Parques em Caruaru (PE)</i>	60

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA	62
3.1 MÉTODO DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO (EC).....	62
3.1.1 Estudo Exploratório e Descritivo.....	65
3.1.2 Estudo de Campo.....	66
3.1.2.1 <i>Entrevista Semiestruturada</i>	66
3.1.2.2 <i>Observação Direta</i>	67
3.1.3 Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	68
3.2 PREPARAÇÃO PARA A COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES.....	69
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE	

DADOS E INFORMAÇÕES.....	70
3.3.1 Definição dos Sujeitos do Estudo.....	71
3.3.2 Trajetórias das Entrevistas e Observações.....	73
3.3.2.1 Coleta de Dados e Informações.....	74
3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES.....	76

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	79
4.1 PROCEDIMENTOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	80
4.1.1 Considerações das Responsáveis pelos Parques Ambientalista Severino Montenegro e São Francisco.....	80
4.1.2 Considerações dos Usuários dos Parques Ambientalista Severino Montenegro e São Francisco.....	81
4.1.3 Contribuições e Recomendações Gerenciais Direcionadas à Prefeitura Municipal de Caruaru.....	81
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS A PARTIR DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	82
4.2.1 Análise das Considerações das Responsáveis.....	82
4.2.2 Análise das Considerações dos Usuários dos Parques.....	92
4.3 CONSTATAÇÕES E RESULTADOS.....	97

CAPÍTULO V

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	111
ANEXO A — Questionário para coleta de evidências: Responsável I.....	119
ANEXO B — Questionário para coleta de evidências: Responsável II.....	121
ANEXO C — Questionário para coleta de evidências: Responsável III.....	123
ANEXO D — Questionário para coleta de evidências: Usuários.....	125
ANEXO E — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas à RI.....	127
ANEXO F — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas à RII.....	129
ANEXO G — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas à RIII.....	130
ANEXO H — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas aos usuários do Parque Ambientalista Severino Montenegro (PASM)....	131
ANEXO I — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas aos usuários do Parque São Francisco (PSF).....	134
ANEXO J — Roteiro de observações.....	136
ANEXO K — Protocolo de estudo de caso.....	137

CAPÍTULO I

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescimento das cidades se intensificou com a Revolução Industrial, assim como o processo de urbanização. Com as inúmeras transformações ocorridas nas cidades desde esse período, pode-se afirmar que, em decorrência do uso e da ocupação desordenada do solo no meio urbano, reduziram-se os espaços naturais destinados ao lazer e às interações sociais (MELO, 2013).

Uma vez que, os espaços verdes agem concomitantemente sobre o lado físico e mental do homem, absorvendo ruídos, diminuindo o calor do sol; no plano psicológico, atenuando o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações; constituindo-se em eficaz filtro das partículas sólidas suspensas no ar, contribuindo para a formação e aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios (LOBODA; DE ANGELIS, 2005). Torna-se cada vez mais necessário o direcionamento de investimentos na criação e manutenção desses espaços — parques e praças, por exemplo.

O parque urbano como “área verde, com função ecológica, estética e de lazer” (LIMA, 1994), contribui significativamente com melhorias na qualidade de vida da população e no aumento do bem-estar ambiental sentido na cidade.

Assim como a maioria dos municípios brasileiros, Caruaru (PE) tem experimentado uma significativa expansão em seu território urbano (PMC, 2016).

Segundo dados do IBGE, relativo ao primeiro semestre de 2015, o Município de Caruaru possui uma área territorial de 920.611 km², com uma população de 347.088 habitantes. Caruaru está subdividido em quatro distritos: Carapotós, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro, além do distrito-sede (IBGE, 2016).

Caruaru destaca-se como o mais importante polo econômico, médico-hospitalar, acadêmico, cultural e turístico do Agreste, sendo também famoso por sua tradicional feira livre (PMC, 2016).

O ponto central da economia é o comércio, notadamente as feiras livres de confecções. A feira localizada próximo ao rio Ipojuca congrega feiras de ervas, legumes e verduras, calçados e produtos eletrônicos, além da de artesanato e os mercados de farinha e de carne (PMC, 2016).

O setor primário é o menos relevante na economia caruaruense. Do total de toda riqueza produzida no município, apenas 19.699 mil reais é referente ao que é gerado pela agricultura e pela agropecuária (IBGE, 2016). Em 2011, a indústria representou a segunda maior atividade econômica de Caruaru. Cerca de 497.573 mil reais do produto interno bruto eram do valor adicionado bruto do setor secundário (IBGE, 2016).

Outro setor que vem se desenvolvendo cada vez mais, é o turístico, dentre os atrativos turísticos encontra-se os museus, o Alto do Moura, a feira de Caruaru e as festividades juninas (PMC, 2016).

Para amenizar os impactos negativos vindo com a urbanização acelerada o município tem investido, nos últimos anos, em espaços naturais que ofereçam lazer e boa qualidade de vida à população, através de medidas direcionadas à criação e manutenção de parques e praças. Atualmente Caruaru conta com seis parques — sendo cinco localizados na área urbana e um na área rural (PMC, 2016).

Ainda está prevista a criação de mais um parque na área urbana. Denominado “Janelas para o Rio”, o projeto visa à construção de um parque as margens do rio Ipojuca, e conforme dados da Prefeitura Municipal, a localização será no bairro do Cedro, com recursos advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento em parceria com Governo do Estado. Este será o primeiro parque a receber investimentos de outra instância do governo, uma vez que, todos os outros contaram apenas com recursos financeiros municipais (PMC, 2016).

Diante disso, o presente estudo visa revelar como a administração dos parques urbanos

executa suas ações em função do lazer e da sustentabilidade ecológica e como essas ações são recebidas pelos usuários dos Parques Severino Montenegro e São Francisco.

O TCC usou o método de estudo de caso múltiplo, e por meio da combinação das fontes de evidências — estudo exploratório e descritivo das áreas, estudo bibliográfico e documental, entrevistas semiestruturadas e observações durante o estudo de campo —, coletou-se as evidências necessárias, em seguida confrontou-se a teoria estudada e os fatos empíricos, adquiridos mediante entrevistas com usuários e responsáveis pela administração de parques urbanos de Caruaru (PE).

A análise bibliográfica e estudo de artigos científicos abordaram os temas sustentabilidade, políticas públicas e lazer, trabalhando-os sobre o conceito de parque urbano.

Diante do exposto pela Constituição de 1988, de que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Em vista disso, as políticas elaboradas com base em princípios sustentáveis objetivam, em regra, manter a sociedade em uma relação interativa e equilibrada com o meio ambiente, que será definido aqui conforme a Lei Federal n. 6.938/815, de 31 de agosto de 1981 — já alterada pela Lei Federal 7.804, de 18 de julho de 1989 — que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (*apud* DULLEY, 2004, p. 18), estabelecendo como “meio ambiente [...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite abrigo e rege a vida, em todas as suas formas”.

1.1 PROBLEMÁTICA E PROBLEMA

1.1.1 Problemática

Ponderar qualidade ambiental e de vida com o crescimento rápido das cidades e com os problemas dele advindos requer pensar em estratégias de proteção e preservação dos espaços potenciais para a conservação de suas características naturais, em busca de um aperfeiçoamento ambiental e de vida. Assim, surgem os parques, dotados de grandes responsabilidades, diante da fragilidade do espaço e da necessidade de recreação e lazer (TOLEDO; SANTOS, 2012, p. 11).

Os parques urbanos funcionam como antídotos para os males urbanos: melhoram o clima, contrapondo-se à aridez provocada pelo excesso de construções urbanas; diminuem a poluição do ar, além de permitir o contato com a natureza (MELO *et alii*, 2012, p. 3).

As preocupações com o ambiente natural no município de Caruaru (PE) são relativamente recentes, visto que, até o início do ano de 2013, a prefeitura municipal não possuía secretaria direcionada a tratar de assuntos ambientais. Antes, apenas a Secretaria de Infraestrutura era encarregada das políticas ambientais do Município. Entretanto, no início do ano de 2013, a Prefeitura criou sua primeira secretaria direcionada restritamente à política ambiental (PMC, 2016).

O Município possui, a saber, apenas uma unidade de conservação, o Parque Ecológico João Vasconcelos Sobrinho, também chamado de Parque Florestal Serra dos Cavalos, no limite com o município de Altinho (PE), contando com 359 hectares de área protegida (PMC, 2016).

Somente a partir do ano de 2009, o Caruaru (PE) começou a investir em parques urbanos. Antes de a Prefeitura direcionar investimentos para a provisão de parques urbanos, os espaços livres públicos eram reduzidos a pequenas praças de bairros que não atendiam às necessidades recreativas relacionadas à contemplação, à meditação e à prática de esportes (PMC, 2016).

Com base nas discussões recentes e históricas a respeito de projetos de criação e

administração dos parques no meio urbano, Sá Carneiro (2010) acredita que não existe um projeto ideal, ou seja, que responda às solicitações dos agentes públicos e dos usuários nos diferentes lugares; sendo imprescindível, portanto que os agentes públicos e os arquitetos paisagistas, conheçam e considerem as características particulares de cada local onde o parque irá se inserir.

Além disso, o projeto só terá sucesso se os agentes e os paisagistas ouvirem e atenderem as necessidades dos moradores do entorno, que serão afetados diretamente por esta intervenção (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 19).

Estudar os parques pode revelar as falhas decorrentes do processo de planejamento, criação e manutenção dos mesmos, contribuindo com medidas eficazes que identifiquem problemas, carências e suas respectivas soluções.

Sendo assim, o TCC busca revelar, com base nos relatos de responsáveis pelos Parques Severino Montenegro e São Francisco — localizados no município de Caruaru (PE) — e de seus usuários, como a administração dos mesmos executa suas ações e como estas são recebidas, em função do lazer ofertado e da sustentabilidade ecológica que eles têm potencial para proporcionar.

1.1.2 Problema

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva, que é expressa, por exemplo, nos seus espaços públicos, dispostos democraticamente — ou não —, no parque, na praça, na rua, na praia ou em outro lugar equivalente (GATTI, 2013, p. 8). Ela está diretamente atrelada a vários fatores, reunidos na infraestrutura e no desenvolvimento socioeconômico e ligados à questão ambiental (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Tendo em vista que a “porcentagem de áreas verdes existentes em uma cidade ou bairro costuma ser um dos principais índices para medir a qualidade do espaço urbano” (GATTI, 2013, p. 14). A arborização urbana, além do aspecto estético, é responsável pelo conforto

ambiental e bem-estar da comunidade, se corretamente plantada e conservada (BONONI, 2004, p. 245-246).

Entretanto, conceber e manter espaços verdes, como os parques urbanos, compreende uma tarefa não tão fácil. Não considerar as necessidades da população pode ocasionar na proliferação de atos de vandalismos contra tais equipamentos; além disso, se o arquiteto paisagista não estiver a par das características do local, o resultado será uma série de carências que comprometerão as funções desempenhadas por eles (SÁ CARNEIRO, 2010).

Da mesma forma, é preciso ter uma visão de como os parques são administrados e de como os usuários reconhecem a atuação dos administradores na execução de ações direcionadas ao lazer e ao bem-estar ambiental na cidade.

Deste modo, o problema do TCC é expresso pela seguinte pergunta de pesquisa:

Como as ações direcionadas ao lazer e à sustentabilidade ecológica têm sido realizadas pela administração dos parques e assimiladas por seus usuários?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Revelar como as ações direcionadas à eficaz oferta de lazer e à fomentação da sustentabilidade ecológica têm sido executadas pela administração dos Parques Severino Montenegro e São Francisco e recebidas por seus usuários.

1.2.2 Objetivos Específicos

I – *Descrever, ordenadamente, com base nos relatos dos administradores, os procedimentos administrativos direcionados à oferta de lazer e promoção de sustentabilidade;*

II – *Definir, com base nos relatos de usuários, se os parques são capazes de oferecer lazer*

adequado e simultaneamente fomentarem a sustentabilidade; e

III – *Com base nos objetivos específicos I e II, apresentar proposta(s) que contribua(m) para o adequado funcionamento dos parques.*

1.3 DELIMITAÇÃO ESPACIAL

O Município de Caruaru (PE) está localizado na mesorregião Agreste e na microrregião do Vale do Ipojuca, no estado de Pernambuco (CPRM, 2005). Ver figura a seguir:

**Figura 1: Espaço conceitual da pesquisa:
Caruaru (PE)**



Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Reitera-se que o município conta com seis parques, um localizado na zona rural — Parque João Vasconcelos Sobrinho — e cinco localizados na zona urbana — Parque das Baraúnas, Parque das Rendeiras, Parque Drayton Nejaime, Parque São Francisco e o Parque Ambientalista Severino Montenegro (PMC, 2016).

Abaixo estão descritas as informações referentes aos parques instalados na cidade.

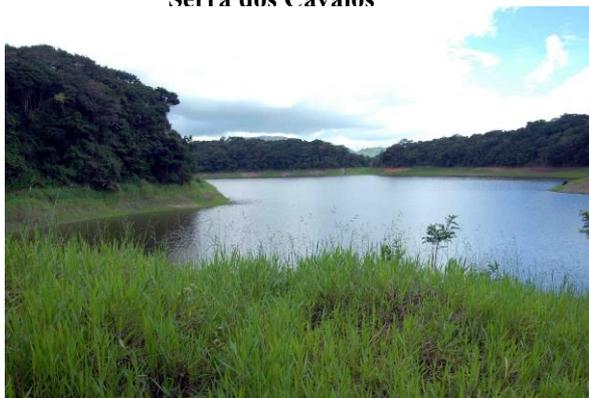
- *Parque Ecológico João Vasconcelos Sobrinho – Serra dos Cavalos*

O Parque Municipal Professor João Vasconcelos Sobrinho, popularmente conhecido como Serra dos Cavalos, foi elevado a condição de parque em 7 de julho de 1983. Ele está localizado no sítio Araçá, também chamado de Murici. O nome do parque é uma homenagem

ao ambientalista pernambucano, pioneiro na luta pela conservação ambiental (PMC, 2016).

Trata-se de uma reserva florestal remanescente de mata atlântica. Localizado na área da antiga Fazenda Caruaru, o parque está inserido em um brejo com extensão de 359 hectares (PMC, 2016). Ver fotografia a seguir:

**Fotografia 1: Parque Ecológico
Serra dos Cavalos**



Fonte: PMC (2016).

- *Parque das Baraúnas*

O Parque das Baraúnas ocupa uma área de 2,5 hectares no bairro Luiz Gonzaga, e dispõe de uma pista de *cooper*, quadra poliesportiva, quadra de vôlei de areia, redário — lugar para armar redes —, *playground*, anfiteatro, pista de bicicross e lago (ver Fotografia 2).

No parque há uma área intocada equivalente a 8.500 m² de mata nativa, destinada à prática de trilhas e caminhadas ecológicas. Uma das espécies preservadas é a que dá nome ao parque, a baraúna. Ameaçada de extinção, a *Melanoxylon brauna* — nome científico da árvore em foco — está presente em toda a extensão do equipamento, mantendo viva e preservada a espécie (PMC, 2016).

Fotografia 2: Entrada do Parque das Baraúnas



Fonte: PMC (2016).

- *Parque das Rendeiras*

O Parque das Rendeiras, situado no bairro das Rendeiras (ver Fotografia 3), fez uso de materiais reciclados, como garrafas politereftalato de etileno (PET), pneus e troncos para construção de equipamentos de lazer e bancos (PMC, 2016).

Medindo 13.400 m², o Parque das Rendeiras é composto por guarita, biblioteca, sala do saber — voltada para educação —, mini auditório, bateria de banheiros, *playground*, quadra de areia, equipamentos para ginástica, jardim sensorial, estacionamento externo, pista de *cooper*, espaço para capoeira, relógio solar, jardim aristotélico — espaço baseado no método de ensino de Aristóteles que ministrava aulas ao ar livre —, e um lago (PMC, 2016).

Fotografia 3: Parque das Rendeiras



Fonte: PMC (2016).

- *Parque Drayton Nejam*

Inaugurado em maio de 2015, o Parque Drayton Nejam está localizado no bairro Nova Caruaru. Ele conta com mais de 11 mil metros quadrados extensão, que inclui pista de caminhada, *playground*, duas quadras de areia, uma quadra poliesportiva, equipamento para exercícios, espaço infantil, pista de *skate* e de patins (ver Fotografia 4). De acordo com a prefeitura municipal o projeto resultou na plantação de 125 árvores de grande porte, oferecendo, assim um toque ecológico ao espaço. A iluminação de LED — *light emitting diode* — é alta e complementada por luminárias baixas, principalmente nos pontos de deslocamento dos caminhantes (PMC, 2016).

Fotografia 4: Parque Drayton Nejam



Fonte: PMC (2016).

Em função da delimitação espacial, importa esclarecer que, para o presente estudo, determinou-se como limites de interesse, os Parques (i) Ambientalista Severino Montenegro e (ii) São Francisco. Uma vez que, os dois são classificados como zonas de recuperação, tendo como objetivo principal restaurar espaços degradados pela ação humana.

- *Parque São Francisco*

O parque, situado no bairro São Francisco, foi criado em 2015 e possui uma área que ultrapassa 16 mil metros quadrados. O espaço envolve uma pista de *cooper*, ciclovia, uma praça de alimentação, *playground*, equipamentos para ginástica e duas baterias de banheiros (ver Fotografias 5 e 6).

Fotografia 5: Entrada do Parque São Francisco



Fonte: A autora (2016).



Para a instalação do Parque São Francisco, as margens do Ipojuca (ver Fotografias 7) receberam plantio de mata ciliar, visando a proteção física e ampliação da área verde local. Foram plantadas caibreiras, ipês e pau ferro, entre outras espécies da flora regional (PMC, 2016).

O espaço do entorno recebeu uma cerca viva com a planta sabiá, ideal para recomposição de área degradada. Essa cobertura vegetal está diretamente relacionada com a qualidade da água do rio e com sua fluidez, indispensável para aumentar a oxigenação e combater a poluição de esgotos e escoadouros de dejetos (PMC, 2016).

Fotografia 7: Margens do rio Inoiuca



Fonte: A autora (2016).

A recuperação da mata ciliar envolve ainda uma questão de segurança para a população ribeirinha porque ajuda a canalizar os volumes maiores de água quando há enchentes (PMC, 2016).

- *Parque Municipal Ambientalista Severino Montenegro*

Inaugurado no dia 21 de agosto de 2009 e com um projeto de instalação que durou cinco meses, o Parque Municipal Ambientalista Severino Montenegro (PASM) está situado no terreno da antiga Sementeira Municipal Chico Mendes. Segundo a Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), a desativação da antiga usina de asfalto e a descontaminação do solo foram as primeiras ações para o processo de sua criação (ver Fotografia 8). A história desse importante equipamento está preservada no “Memorial do Asfalto”, uma das atrações do parque. Sua inauguração representou um marco na história municipal, por ser a primeira área verde de lazer da cidade.

Fotografia 8: Terreno onde se localizava a usina de asfalto



Fonte: PMC (2016).

O espaço ocupado pelo parque abrange uma área de quatro hectares na Av. José Rodrigues de Jesus, no bairro Indianópolis (ver Fotografia 9).

Fotografia 9: Entrada do Parque Ambientalista Severino Montenegro



Fonte: A autora (2016).

O projeto arquitetônico contempla um jardim sensorial, um lago com cascata, anfiteatro, banheiros e estacionamento. As vias internas são todas adaptadas para portadores de necessidades especiais, com rampas nos acessos e o inédito jardim sensorial, onde os deficientes visuais se direcionam pelo toque e o cheiro de espécies da flora regional (PMC, 2016).

O espaço interno do parque conta, ainda, com uma lanchonete administrada pela Associação de Portadores de Deficiência de Caruaru (Apodec) em vista de arrecadar recursos financeiros para a associação.

A sementeira, que divide espaço com o parque, está em plena atividade, cumprindo a função de produzir mudas de espécies variadas para doação dos interessados em arborizar a cidade.

1.4 JUSTIFICATIVAS

Macedo e Sakata (2002, p. 14) definem os parques urbanos como “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa [...], capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é alto suficiente ”, ou seja, seu desenho físico não é influenciado de forma direta por nenhuma estrutura construída ao seu entorno.

Para que a projeção dos parques ocorra de forma eficiente — satisfazendo as necessidades dos usuários e as funções atribuídas pelos projetistas — é preciso diagnosticar problemas e carências, identificar potencialidades, escolher melhor localização e aplicar corretamente os recursos financeiros (GATTI, 2013).

No município de Caruaru, não poderia ser diferente. A identificação das carências nas estruturas dos parques e das necessidades próprias dos usuários se encontram entre os principais desafios a serem superados pela administração das áreas.

Ao observar como as ações vêm sendo executadas pela administração dos parques e assimiladas pelos usuários, incluindo-se as limitações de cada área, será permitido identificar quais melhorias são necessárias e quais pontos positivos devem ser mantidos.

Acredita-se que o TCC é coerente, à medida que, por exemplo, contribui à difusão, entre a comunidade científica, de elementos ligados, principalmente, à administração pública em função do lazer e da adequada qualidade de vida, divulgando a imprescindível participação do poder público em ações calcadas no equilíbrio entre as dimensões socioambientais.

A realização do TCC nos parques municipais (PM) de Caruaru (PE) ajuda também a esclarecer as estratégias administrativas dirigidas à oferta de lazer e ações sustentáveis, ou seja, leva a compreender como as políticas públicas têm sido implantadas, considerando que as mesmas devem conter em seu escopo o compromisso em oferecer qualidade de vida apropriada e bem-estar ambiental, o que significa, em simultaneidade, compromisso com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Ademais, nota-se o fato de que, até o presente momento, não há literatura específica acerca dos espaços referenciais de estudo deste trabalho — os Parques Ambientalista Severino Montenegro e São Francisco — elaborada à luz da administração pública em função do lazer e da sustentabilidade ecológica. Portanto, foi percebida a oportunidade de exploração do referido campo.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O capítulo II — Fundamentação Teórica — apresenta conceitos e definições sobre:

- Lazer;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Políticas Públicas (PP); e
- Parque Urbano (PU).

O capítulo III — Metodologia — descreve o método de estudo utilizado, os instrumentos de coleta de evidências adotadas, os sujeitos do estudo e os procedimentos empregados para o alcance dos objetivos.

O capítulo IV — Análise e Discussão de Resultados — expõe a análise das evidências, de acordo com os objetivos do estudo.

O capítulo V — Considerações Finais — apresenta as mesmas, também de acordo com os objetivos do estudo.

CAPÍTULO II

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica, exposta aqui, relaciona literaturas relevantes sobre lazer, parques urbanos municipais, sustentabilidade e políticas públicas.

2.1 LAZER

Lazer (*leisure*, em inglês; *loisir*, em francês). Etimologicamente, lazer vem do latim *licere*, que significa ser lícito, ser permitido, ter valor (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 73).

Determinadas teorias presumem que somente após a Revolução Industrial a civilização ocidental contemporânea passa a entrar na cultura do lazer, onde o homem passa a destinar maior e melhor parte de suas energias a prática de atividades que o enriquece e o incita — o lazer (SANTINI, 2003).

Dumazedier (1976, p. 34), especialista em assuntos ligados ao lazer, define a este como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Para Camargo (1989, p. 97):

O lazer é o conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, mas que devem ser realizadas num tempo livre após a jornada de trabalho profissional e doméstico e que essas atividades interferem positivamente no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Elias e Dunning (1992, p. 107), por suas vezes, entendem lazer como “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada, escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si

mesmo”. E Requixa (1997, p. 11), entende lazer como “uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vivencia e cujos valores propiciam condições de recuperação e de desenvolvimento pessoal e social”.

Embora a necessidade de lazer tenha se expandido com a Revolução Industrial e a urbanização, o lazer não se desenvolveu uniformemente em todas as camadas sociais, “fatores como a insuficiência ou inexistência de equipamentos recreativos ou culturais coletivos, a falta de recursos familiares e dificuldades ligadas ao exercício da profissão” (DUMAZEDIER, 1976, p. 26), foram, e ainda são, capazes de impedir ou retardar o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do lazer.

No entanto, “mesmo quando a prática do lazer é limitada pela falta de tempo, dinheiro ou recursos, sua necessidade está presente e cada vez mais premente” (DUMAZEDIER, 1976, p. 25).

Isso porque é durante momentos de lazer que o homem alivia as tensões provenientes das diversas obrigações diárias, é por meio do lazer que ele “recarrega suas forças” para o retorno dos deveres de sua rotina. Sem a prática de atividades prazerosas e descompromissadas a saúde e o bem-estar do indivíduo ficam comprometidos.

2.1.1 Funções do Lazer

De acordo com Dumazedier (1976, p. 32), o lazer apresenta três funções, a função de descanso, a função divertimento, recreação e entretenimento e a função de desenvolvimento da personalidade.

A função lazer enquanto atividade de descanso significa entender o lazer como um “reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e particulares do trabalho” (DUMAZEDIER, 1976, p. 32-33).

A função divertimento, recreação e entretenimento compreende as atividades que proporcionam “complementação, de compensação e de fuga por meio de divertimento e

evasão para um mundo diferente, e mesmo diverso do enfrentado todos os dias” (DUMAZEDIER, 1976, p. 32-33).

Dumazedier (1976, p. 32-33) expõe que a função desenvolvimento da personalidade envolve atividades que:

Permitem uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica, oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais [...].

“As três funções são solidárias, estão sempre intimamente unidas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si” (DUMAZEDIER, 1976, p. 34), ou seja, essas funções estão presentes, mesmo que com intensidades e níveis diferentes, em todas as situações de lazer onde os indivíduos se encontram.

2.1.2 Propriedades do Lazer

“Para ser considerada lazer, a atividade tem que ter algumas características, denominadas como propriedades, entre as quais estão: escolha pessoal, gratuidade, prazer e liberação, além disso cada atividade de lazer depende de quem a pratica” (CAMARGO, 1992 *apud* LOHMANN; PANOSSO NETO, 2008, p. 75).

Conforme descreve Camargo (1986, p. 34), as atividades de lazer, são, pois, desinteressadas, liberatórias, escolha pessoal, na busca de algum prazer.

Para Lohmann e Panosso Neto (2008, p. 75), elas se enquadram como:

[...] atividades de lazer as seguintes: caminhadas; turismo; práticas esportivas; jogos descompromissados; ato de assistir à TV, ao DVD, ao vídeo ou ao cinema; ida ao teatro, ao circo ou ao estádio de futebol; almoço em família; jogos de computador; passeios [...].

A prática de atividades de lazer compreende a busca de algum prazer capaz de aliviar as tensões causadas pelos compromissos diários que, quando acumulados demasiadamente, afetam a saúde física e psicológica do indivíduo.

Dedicar-se a momentos de lazer permitirá maior produtividade e disposição para executar as tarefas habituais, além de reduzir o mal-estar gerado pelas tensões diárias.

Ademais, quando as três funções do lazer — descanso, divertimento, recreação e entretenimento e a função de desenvolvimento da personalidade (DUMAZEDIER, 1976) — são manifestadas simultaneamente e expressam escolha pessoal, gratuidade, prazer e liberação (CAMARGO, 1986), ocorre a prática adequada do lazer.

2.1.3 Classificação das Atividades de Lazer

Melo (2003) destaca que vários interesses estimulam a prática do lazer, tais como: interesses físicos, interesses artísticos, interesses manuais, interesses intelectuais, interesses sociais.

Dumazedier (1976) leva em conta os princípios de interesses culturais em cada atividade de lazer, subdividindo-se em físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais. Camargo (1986, p. 16-27), porém, não considerando essa classificação satisfatória, julgou apropriado adicionar mais uma área de interesse cultural no lazer: o turístico.

As atividades ficam, assim, classificadas:

- Atividades físicas de lazer: incluem as caminhadas, a ginástica, o esporte e atividades correlatas, executadas de maneira formal ou informal, em espaços tecnicamente planejados ou não.
- Atividades manuais de lazer: abrangem atividades ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar a natureza.
- Atividades artísticas de lazer: envolvem, frequentemente, a prática e a assistência de todas as formas de cultura erudita avaliadas como arte, tais como cinema, teatro, literatura, artes plásticas, etc.
- Atividades intelectuais de lazer: o lazer é um tempo precioso para a informação e satisfação da curiosidade intelectual, em todos os sentidos, seja pelo meio do

diálogo aparentemente comum com os amigos ou da transmissão eletrônica, ou mesmo, através da consulta especializada.

- Atividades associativas do lazer: abrangem o interesse cultural centrado no contato com as pessoas.
- Atividades turísticas de lazer: a importância cultural principal dos indivíduos que procuram este estilo de atividades é a mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida.

Para Marcellino (2002), vivenciar atividades de lazer que incluam vários interesses — físico-esportivo, artístico, manual, intelectual, social e turístico — seria ideal, porém, na realidade, as pessoas, em geral se limitam à vivência de apenas um campo específico de seu interesse, por vezes, não tem opções ou conhecimento de outros conteúdos.

2.1.4 Atividades Opostas ao Lazer

Dumazedier (1976, p. 31) apresenta como atividades opostas ao lazer:

- a) O trabalho profissional.
- b) O trabalho suplementar ou trabalho de complementação.
- c) Os trabalhos domésticos (arrumação da casa, a parte diretamente utilitária da criação de animais destinados à alimentação, da bricolagem e da jardinagem).
- d) Atividades de manutenção (as refeições, os cuidados higiênicos com o corpo, o sono).
- e) As atividades rituais ou ligadas ao cerimonial, resultantes de uma obrigação familiar, social ou espiritual (visitas oficiais, aniversários, reuniões políticas, ofícios religiosos).
- f) Atividades ligadas aos estudos interessados (círculos e cursos preparatórios de um exame escolar profissional).

Em suma, qualquer atividade que se caracterize como uma obrigação a ser concluída pelo indivíduo se enquadra como oposta ao lazer em sua essência.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por ambiente entende-se (ART, 1998 *apud* DULLEY, 2004, p. 18):

[...] o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos, [entende-se] por meio ambiente a soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existente. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo.

Para Tostes (1994 *apud* DULLEY, 2004, p. 19),

Meio ambiente é toda relação, é multiplicidade de relações. É relação entre coisas, como a que se verifica nas reações químicas e físico-químicas dos elementos presentes na Terra e entre esses elementos e as espécies vegetais e animais; [...] é especialmente, a relação entre os homens e os elementos naturais (o ar, a água, o solo, a flora e a fauna); entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa multiplicidade de relações que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas. Os seres e as coisas, isoladas, não formariam meio ambiente, porque não se relacionariam.

O equilíbrio entre estas relações significa a manutenção da sobrevivência das espécies, embora esse fato só tenha ganhado relativa atenção recentemente.

As preocupações de caráter ambiental, em âmbito mundial, começaram a se esboçar na década de 1960, e tiveram um momento de auge na década de 1970, com o relatório “ *The limit to growth* ” e a “Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente”, de 1972 (OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 486).

Barbosa (2008, p. 1) determina que:

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX.

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável data de 1987 quando Gro Harlem Brundtland, presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentou os resultados do relatório “Nosso Futuro Comum” à Assembleia Geral da

Organização das Nações Unidas (VEIGA, 2009).

Conforme publicado pelo Relatório Brundtland e ratificado pela Agenda 21: “desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (COMMAD, 1991 *apud* BARBOSA, 2008, p. 2-3).

Portanto, sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2003 *apud* BARBOSA, 2008, p. 7).

Segundo Canepa (2007, p. 57):

O desenvolvimento sustentável caracteriza-se como um processo de mudanças, e não um simples estado estático, em que deve haver compatibilização da exploração de recursos, orientação do desenvolvimento tecnológico, gerenciamento de investimento e mudanças institucionais.

A Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9.795/99 destaca a importância de desenvolver ações e práticas educativas voltadas à sensibilização e organização da coletividade sobre as questões ambientais e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (PELICIONI, 2004, p. 475).

De acordo com Dias (2006 *apud* SEIFFERT, 2011 p. 24):

O desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e as orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais.

Atitudes voltadas à economia de água e à correta destinação dos resíduos sólidos e dos dejetos são exemplos de posições a serem tomadas pela sociedade e seus governos.

Atualmente, fala-se muito na situação hídrica do país e por isso, vem surgindo ideias ligadas ao aproveitamento de águas da chuva e ao reuso das águas.

O reuso de águas residuais tem sido considerado uma opção econômica e ambiental viável, entre as diferentes alternativas sugeridas para minimizar a escassez e promover a utilização racional e eficiente da água (CUTOLO *et alii*, 2010, p. 336).

Esse reuso pode ser dividido em duas categorias: potável e não-potável. No caso do reuso potável, este é dividido em: potável direto: quando o esgoto é recuperado por tratamentos avançados é diretamente reutilizado no sistema de água potável; e potável indireto: disposição dos esgotos, após tratamento, nos sistemas aquáticos superficiais ou subterrâneos para a autodepuração por meio de processos de diluição, purificação natural e, subsequente captação, tratamento e, finalmente, utilizado como água potável (CUTOLO *et alii*, 2010, p. 337).

No caso do reuso não-potável, a água pode ser utilizada para fins industriais, ou domésticos, manutenção de vazões, aquicultura, recarga de aquíferos e agricultura (MANCUSO; SANTOS, 2003 *apud* CUTOLO *et alii*, 2010, p. 337).

Quanto ao destino dos resíduos, a PNSB — Pesquisa Nacional de Saneamento Básico — considera como destino final as seguintes modalidades: aterro sanitário, aterro controlado, vazadouro a céu aberto (lixão), unidade de compostagem, unidade de triagem e reciclagem, unidades de incineração, vazadouro em áreas alagáveis e outros locais de destinação (PNRS, 2012, p. 13).

Um hábito corriqueiro entre as pessoas é chamar de lixo todos os resíduos produzidos por elas, entretanto estes são divididos em orgânicos — restos de comida, cascas de frutas, etc.; recicláveis — todo material que pode ser reutilizado para produção de novos produtos; os hospitalares; os não-recicláveis; os entulhos formados durante as construções; e ainda aqueles resíduos perigosos, como pilhas e baterias (PNRS, 2012).

Muitas associações têm se organizado ao aproveitamento dos resíduos orgânicos para compostagem, enquanto outras tem se voltado à coleta seletiva. Estas se apresentam como “uma das técnicas para a destinação dos resíduos, sendo considerada aquela que recolhe somente os materiais recicláveis, aqueles que podem ser utilizados como matéria-prima na

indústria de reciclagem” (CUTOLO *et alii*, 2010, p. 341).

Há ainda, medidas voltadas a proteção de determinadas áreas, e para isso se cria o zoneamento que delimitará áreas a serem preservadas e recuperadas.

Conforme Hosaka (2010, p. 280), as zonas de recuperação são:

[...] áreas onde a vegetação natural e os solos foram intensamente danificados ou onde a flora exótica necessita ser recomposta por medidas especialmente planejadas, a fim de deter a degradação e obter a restauração ao estado mais natural possível.

Vale salientar que essas são algumas das poucas atitudes a serem tomadas em vista da manutenção da saúde, que “associa -se à ideia de completo bem-estar físico, mental e social (biopsicossocial), e não simplesmente à ausência de doença, devendo ser entendida como meta fundamental de qualidade de vida [...]” (PHILLIPPI Jr; BRUNA, 2004, p. 669).

E para que o desenvolvimento sustentável efetivamente se manifeste é preciso considerar inúmeros fatores, entre eles aqueles ligados a qualidade ambiental no meio urbanizado.

O meio urbanizado por sua vez (VARGAS; RIBEIRO, 2001 *apud* RIBEIRO, p. 782):

[...] incorpora uma multiplicidade de aspectos a serem levados em consideração, dentre eles estão aqueles de ordem espacial, como espaços vegetados, tranquilidade e acessibilidade, desenho urbano, referências e marcos, uso e ocupação do solo; de ordem biológica, como saúde física e mental, segurança; de ordem social, como organização comunitária, realização pessoal, contatos atividades de lazer e recreação, realização profissional, acesso e opções de moradia, de trabalho, de serviços urbanos; de ordem econômica, como oportunidades de emprego, de trabalho e de negócios, produtividade, diversidade.

Em suma, torna-se inegável que a boa qualidade de vida nas cidades sofre influência direta dos serviços básicos ligados a saúde, educação, segurança e moradia, sem desconsiderar as áreas verdes urbanas.

O desenvolvimento sustentável requer dos cidadãos participação, conhecimentos e valores indispensáveis à participação nas decisões capazes de melhorar a qualidade de vida e o progresso econômico hoje, sem comprometer o futuro do planeta.

A participação da sociedade civil possibilitará uma interferência positiva na administração pública, constituindo-se como fator determinante na escolha de prioridades e na tomada de decisões (PELICIONI, 2004, p. 475).

No entanto, Bezerra e Bursztyn (2000 *apud* BARBOSA, 2008, p. 6) dizem que:

O desenvolvimento sustentável é um processo social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Desse modo, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Isso porque, conciliar os interesses dos atores envolvidos na projeção das políticas é uma questão com relativa dificuldade, mas que deve ponderada cuidadosamente, afim de consentir a participação de todos.

Além de permitir a participação popular em suas decisões, a administração pública, precisa incentivar a educação ambiental em suas localidades. Esta “nada mais é do que a própria educação, com sua base teórica determinada historicamente e que tem como objetivo final melhorar a qualidade de vida e ambiental da coletividade e garantir a sua sustentabilidade” (PELICIONI, 2004, p. 463).

Ela é “fundamental na obtenção dos objetivos e metas estabelecidos para uma adequada gestão ambiental, em qualquer localidade. A eficiência da gestão de uma área urbana ou rural é determinada pelo grau de educação da população local” (PELICIONI, 2004, p. 473).

2.2.1 Dimensões da Sustentabilidade

Veiga (2010, p. 171) informa que referente às dimensões ecológicas e ambientais, os objetivos da sustentabilidade forma um verdadeiro tripé:

1) preservação do potencial da natureza para a produção de recursos renováveis; 2) limitação do uso de recursos não renováveis; 3) respeito e realce para a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Sachs (1993, p. 37) apresenta as dimensões da sustentabilidade como:

- Sustentabilidade social, entende-se como sendo a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa, onde a meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens [...].
- Sustentabilidade econômica, que deve ser tornada possível através de uma alocação mais eficiente dos recursos, inclusive entre as nações e deve ser medida em termos macrossociais, e não apenas através do critério de rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.
- Sustentabilidade ecológica, para alcançá-la deve-se usar de forma criativa, mas responsável, o potencial de recursos do planeta; limitar o uso de recursos não-renováveis e ampliar a utilização, de forma adequada, dos recursos renováveis; diminuir a poluição e aumentar a reciclagem; conscientizar para a limitação do consumo por países e indivíduos; aumentar as pesquisas para descobrir tecnologias limpas; normatizar, institucionalizar e instrumentar a proteção ao meio ambiente.
- Sustentabilidade espacial [...] é conseguida através de um equilíbrio entre as zonas rurais e urbanas, distribuindo melhor por estas as atividades econômicas.
- Sustentabilidade cultural, que pretenda promover o desenvolvimento local, levando-se em conta os saberes locais.

Posteriormente, outras três dimensões foram acrescentadas a estas (SACHS, 2009, p. 37):

- A sustentabilidade ambiental, que trata do respeito em realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- A sustentabilidade política nacional, que trata da capacidade do Estado para implementar um projeto nacional, em nível de razoável coesão social, pautado na democracia como apropriação universal dos direitos humanos; e
- A sustentabilidade política internacional pautada na prevenção de guerras, garantia da paz, pacto Norte-Sul de desenvolvimento baseado no princípio da igualdade, proteção ao meio ambiente e na cooperação internacional.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS (PP)

Bobbio (2000, p. 159) descreve que:

Derivado do adjetivo *pólis* (*politikós*), significando tudo aquilo que se refere à cidade, e portanto ao cidadão, civil, público e também sociável e social, o termo “*política*” foi transmitido por influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada o primeiro tratado sobre a natureza, as funções, as divisões do Estado, e sobre as várias formas de governo [...].

Os espaços públicos, *polis* em sua versão grega ou cidades na versão latina, constituíam-se nos lócus para as reflexões, discussões e resoluções de conflitos e o estabelecimento de limites entre os interesses públicos e privados (LEMOS, 2008, p. 143).

“A política é fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas” (KUSCHNIR, 2007, p. 9).

A expressão “política pública”, segundo Lemos (2008, p. 144), “refere-se à intervenção estatal nas mais diferentes dimensões da vida social, comumente ligadas ao interesse geral, numa multiplicidade heterogênea de interesses”.

As políticas públicas também são definidas como planos de ação do governo criadas com o intuito de ordenar os instrumentos disponíveis ao Estado e as atividades privadas, para a efetivação dos propósitos relevantes socialmente (BUCCI, 2002).

Evidenciando, assim, que é dever do estado produzir bens e serviços em função do coletivo ou conceder direitos aos distintos grupos sociais (AUGUSTO, 1989).

No entanto, ressalta-se que as políticas públicas envolvem vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes (SOUZA, 2006, p. 36).

Secchi (2010, p. 2), conceitua uma política pública como sendo uma “diretriz elaborada para

enfrentar um problema público, a mesma possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”. Em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Pode-se dizer assim, que a essência conceitual de políticas públicas é o problema público, este é definido como sendo “a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível a realidade pública” (SECCHI, 2010, p. 7-8).

Para que um problema se constitua como “público”, este deve ter implicações para uma quantidade notável de pessoas, ou seja, quando os atores públicos intersubjetivamente o consideram problema.

Ressalta-se que a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo e possui uma ação intencional com objetivos a serem alcançados. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão — implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36-37).

2.3.1 Tipos de Políticas Públicas

Souza (2006, p. 28) assegura que Theodor Lowi (1964) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: “a política pública faz a política”. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas (SOUZA, 2006, p. 28).

Lowi (*apud* SECCHI, 2010, p. 17) descreve os quatro tipos de políticas como:

- a) Regulatórias: estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados.
- b) Distributivas: geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores com custos difusos para toda coletividade/contribuintes.
- c) Redistributivas: concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores.
- d) Constitutivas: são aquelas políticas que definem competências, jurisdições,

regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas.

James Quinn Wilson (*apud* SECCHI, 2010, p. 19), dividiu as políticas com base na distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade.

Desta forma, segundo Secchi (2010, p.19), as políticas seriam assim classificadas:

- a) Do tipo clientelista: são aquelas em que os benefícios são concentrados em certos grupos e os custos são difusos na coletividade;
- b) De grupo de interesse: são aquelas em que tanto os custos como os benefícios estão concentrados sobre certas categorias;
- c) Empreendedoras: implicam benefícios coletivos, e os custos ficam concentrados sobre certas categorias; e
- d) Majoritárias: correspondem aquelas em que os custos e benefícios são distribuídos pela coletividade.

Os tipos de políticas definidos por Gormley (1986) originam-se da distinção entre o nível de saliência — capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral — e o nível de complexidade — necessidade de conhecimento especializado para sua formulação e implementação (SECCHI, 2010, p. 20).

Sendo assim, ficam classificadas dessa forma (SECCHI, 2010, p. 20-21):

- a) Política de audiência: são de simples elaboração do ponto de vista estrutural, mas tendem a atrair grande atenção das pessoas;
- b) Política de baixo calão: correspondem as rotinas administrativas para agentes públicos, regulações quanto à prestação de informação dos cidadãos e empresas para o fisco, recebem essa nomenclatura por terem elaboração simples e chamarem pouca atenção;
- c) Política de sala de reuniões: é exemplificada por pacotes de reforma administrativa, regras para o setor bancário, regulações de especificações técnicas ao setor de construção civil, etc. Possui baixa capacidade de atrair a atenção da coletividade; e
- d) Política sala operatória: satisfaz as regulamentações sobre organismos genericamente modificados, regulamentação sobre a qualidade da água e do ar, licenciamento de

medicamentos, etc. Apresenta-se tecnicamente muito densa e têm apelo popular.

Gustafsson (1983 *apud* SECCHI, 2010, p. 22) considera quatro tipos de políticas públicas, que serão descritos a seguir:

- a) Políticas públicas reais: incorporam a intensão de resolver um problema público com o conhecimento para resolvê-lo.
- b) Políticas públicas simbólicas: há condições para que sejam elaboradas, mas não há interesse em colocá-las em prática.
- c) Políticas públicas sem sentido: elaborada sem conhecimento específico do problema ou sem alternativas de solução para o problema.
- d) Pseudopolíticas: existe interesse de ver a política funcionando, no entanto não há conhecimento para estruturá-la corretamente.

Bonzeman e Pandey (2004 *apud* SECCHI, 2010, p. 23) distinguem as políticas públicas de acordo com o conteúdo técnico e conteúdo político:

- a) Políticas públicas de conteúdo político são aquelas que apresentam conflitos relevantes no estabelecimento de objetivos e no ordenamento de objetivos.
- b) Políticas públicas de conteúdo técnico trazem poucos conflitos com relação aos objetivos e ao ordenamento de objetivos, embora seja possível o surgimento de conflitos com relação aos métodos.

2.3.2 Políticas Públicas e Sustentabilidade

Considera-se que é dever do Estado promover qualidade de vida aos cidadãos por meio de ações políticas que pressuponham uma estrutura de leis específicas, tendo como contrapartida seu cumprimento por parte de todos aqueles que formam o Estado. As políticas públicas envolvem, pois, iniciativas de governantes e de governados em benefícios do bem comum, num convívio de cidadãos de ambos os lados (PHILLIPPI Jr.; BRUNA, 2004).

Podem ser destacadas cinco das principais leis que se manifestam políticas públicas nacionais

que se relacionam com questões do meio ambiente (PHILLIPPI Jr.; BRUNA, 2004, p. 692):

Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), Política Nacional de Saúde (Lei n. 8.080/90), Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97, alterada pela Lei n. 9.984/00); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/99) e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Lei n. 10.257/01).

A gestão ambiental, considerada na esfera pública, é um processo político-administrativo de responsabilidade dos Municípios, Estados e União legalmente constituídos, que busca a participação social de modo abrangente, formulando, implementando e avaliando políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região, em conformidade com os princípios de desenvolvimento sustentável (PHILIPPI Jr.; MAGLIO, 2005).

Além do mais, para que a sustentabilidade seja efetivamente fomentada, quatro estratégias foram propostas para as cidades brasileiras pelo documento “Cidades Sustentáveis” (*apud* FERREIRA, 2005, p. 41-42):

- 1) Aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território.
- 2) Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade.
- 3) Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade.
- 4) Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

Para Seiffert (2011, p. 55):

A gestão ambiental na esfera pública é dependente da implementação pelo governo de sua política ambiental, mediante a definição de estratégias, ações, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

Gatti (2013, p. 9) sustenta que:

A cidade precisa ser vista sob seus múltiplos aspectos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou culturais. E é este olhar múltiplo que deve ser absorvido pelas políticas públicas, que também precisam ser acompanhadas por políticas sociais que exerçam o controle do processo especulativo que envolve as melhorias urbanas.

Sendo assim, a administração pública deve dirigir suas ações à promoção e manutenção de

áreas que incitam o bem-estar ambiental e práticas de lazer saudável.

O Plano Diretor é um instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes (SEIFFERT, 2011, p. 118).

Cabe a ele, segundo o documento do Ministério do Meio Ambiente, intitulado: “Cidades Sustentáveis”, o estabelecimento e implemento de políticas públicas conciliadas com os princípios de desenvolvimento sustentável fixados pela Agenda 21, os quais são (BRAGA, 2001):

- a) Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental; e
- b) Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade (BRAGA, 2001).

Foi a partir da década de 1980, que os municípios começaram a criar uma estrutura voltada à gestão ambiental, os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMAS), que constituíram um núcleo inicial para a criação e implantação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (BONONI, 2004, p. 216-217).

Pois, como afirmam Pina e Santos (2012), as áreas verdes urbanas, como espaços livres de construção, são responsáveis por reforçar a ideia de conservação e preservação da biodiversidade, fazendo surgir a temática da sustentabilidade nos espaços urbanos, esta é capaz de influenciar boas condições ambientais e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas.

A criação de espaços verdes em meio aos centros urbanos tornou-se uma das soluções para incentivar melhorias no ambiente natural e na qualidade de vida dentro dos centros urbanos,

bem como ocupar lugares vazios sem função social ou ambiental.

Os espaços subutilizados ou abandonados mostram-se como um grande problema para a qualidade de vida das áreas envoltórias, e ao mesmo tempo um grande potencial para a criação de novas áreas verdes e espaços públicos de lazer, cultura ou para a prática de esportes (GATTI, 2013, p. 16).

O aproveitamento de espaços vazios exige um planejamento adequado para a posterior criação das áreas verdes que substituirão esses locais.

A citar como exemplo, temos as áreas contaminadas por usos inadequados, os chamados *brownfields*, que muitas vezes necessitam de dezenas de anos para serem utilizadas novamente. Contudo, tecnologias de descontaminação ou de isolamento dos gases e dejetos poluentes podem ser aplicadas de forma a devolver esses espaços para a cidade e transformá-los em espaços públicos de uso coletivo (GATTI, 2013, p. 20).

Cabe ao poder público, a criação de políticas que direcionem investimentos em tecnologias, capazes de reestruturar essas áreas e atribuir novas funções para as mesmas.

Outro exemplo são os *waterfronts*, áreas que margeiam rios, córregos, oceanos e represas, que apresentam altíssimo potencial para a criação de espaços públicos. São áreas muitas vezes acessíveis somente aos lotes privados e que precisam ser resgatadas para o uso coletivo, a fim de ampliar a qualidade de vida não somente dos moradores de suas margens, mas de toda a cidade (GATTI, 2013, p. 17).

Essas áreas também podem permitir a recuperação das margens dos fluxos de água, prevenindo enchentes e restaurando a vegetação original das referidas áreas.

Nessas áreas “é importante projetar e dispor a vegetação de forma que ela possa resistir aos danos causados pelas enchentes e estocar águas. E que sejam capazes de criar um microclima desejável, filtrar os poluentes do ar, estabilizar encostas e solos sujeitos à erosão e absorver as águas das cheias” (OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 523).

Vale salientar que arborização urbana no Brasil é vista como responsabilidade das administrações municipais, embora, seja imprescindível o apoio da população e a compreensão das empresas prestadoras de serviços de utilidade pública que venham a interferir na vegetação (BONONI, 2004).

2.3.3 Políticas Públicas e Oferta de Lazer

O processo de industrialização permitiu um crescimento desordenado das cidades e constantes transformações em toda a extensão urbana, tais mudanças passaram a ser responsáveis por grande parte dos problemas urbanos, assim como tornaram possível o surgimento de novos hábitos.

O novo desenho das cidades, após intensa industrialização e urbanização, influenciou práticas de lazer e este foi capaz de influenciar essa nova configuração, ou seja, a disponibilidade de lazer passou a ser um problema metropolitano e o crescimento da malha urbana teve que se adequar às novas práticas de lazer (MELLO; GONÇALVES, 2009).

Tendo em vista que a prática de atividades recreativas favorece o bem-estar mental e físico dos indivíduos, além de ser vantajosa à economia e a cultura local, as preocupações com o bom aproveitamento do lazer se encontram entre as obrigações dos poderes públicos, envolvendo as esferas municipal, estadual e federal (MEDEIROS, 1971).

Conforme Cruz (2000), o lazer deve ser realmente compreendido como um direito social, que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações.

De modo que o Capítulo II, art. 6º da Constituição Federal diz que: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Pellegrin (1996, p. 36), sustenta que,

[...] cabe às prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca de soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população.

Marcellino (1996, p. 2) propõe que a discussão sobre as políticas públicas de lazer, no âmbito municipal, deve considerar o lazer como:

- a) Cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e lazer;
- b) Fenômeno gerado historicamente e do qual emergem questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências na estrutura social vigente;
- c) Um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural;
- d) Portador de um duplo aspecto educativo — veículo e objeto de educação.

Por vezes o lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana (PELLEGRIN, 1996, p. 32).

Dentre tantos espaços de lazer como bares, shopping centers, cinemas e teatros, Marcellino (2007) enfatiza que o poder público municipal, com relação ao planejamento de espaços urbanos, deve estar atento ao critério de acessibilidade, para que os espaços não sejam pautados apenas no poder aquisitivo.

Como bem lembra Santos (1987 *apud* PELLEGRIN, 1996, p. 32), “quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais”.

Daí, a importância de se reservar espaços abertos para a prática de atividades ao ar livre nas horas de lazer, bem como de se delimitar zonas de conservação da natureza a serem respeitadas e protegidas” (MEDEIROS, 1971).

A criação desses espaços deve levar em consideração (GATTI, 2013, p. 43-44):

[...] o lazer contemplativo: estar e convívio — as áreas destinadas à permanência, que deverão oferecer um ambiente agradável aos usuários, com conforto e segurança; e o lazer ativo: atividades recreativas e esportivas — aquelas áreas destinadas a atividades de uso específico de lazer e prática de Esportes.

Reiquixa (1980, p. 71) também considera indispensável a reordenação do terreno urbano, em especial, para que a população tenha acesso aos espaços de lazer adequado e gratuito:

[...] exige-se regular distribuição dos equipamentos para facilitar o acesso de toda população, ou implantando prioritariamente, em áreas carentes, comodidades de locomoção que estimulem a procura, ou diversificando-se a oferta, com equipamentos até então inacessíveis aos extratos menos favorecidos da população.

Reitera-se que o lazer adequado é aquele que permite a prática das funções e propriedades do lazer de forma quantitativa e qualitativamente em todas as camadas da sociedade (DUMAZEDIER, 1976, p. 26). Para seu bom uso é vantajoso criar ambientes esteticamente livres de monotonia e isentos das dificuldades de espaço e da angustia das aglomerações urbanas (MEDEIROS, 1971, p. 133).

Quando o lazer é adequado para todos ele generaliza ao máximo a participação ativa e direta das pessoas em ocupações bem variadas de lazer — como esportes, artes, atividades contemplativas e de comunhão com a natureza, ciências e serviços à comunidade (MEDEIROS, 1971, p. 134).

É, portanto, dever do poder público se preocupar com as necessidades de seus habitantes, proporcionando espaços para que os mesmos possam utilizar e satisfazer-se em suas necessidades de lazer (MOTTA, 1999).

Identificar tais necessidades envolve inserir a população nos projetos de criação das áreas de lazer, aceitando sugestões e criando mecanismos que identifiquem as potencialidades de cada espaço.

2.4 PARQUES URBANOS

Teixeira (2007, p. 52) relata que “a feiura urbana imposta pela Revolução Industrial em oposição à beleza das paisagens naturais, contribuiu para o interesse e desejo pela melhoria da paisagem das cidades”.

Dessa forma, as áreas verdes urbanas estabeleceram-se ao longo do tempo como elementos indispensáveis ao bem-estar da população, tendo em vista sua influência direta à saúde física e mental das pessoas.

A presença de vegetação, especialmente em áreas urbanas, além de ocasionar a estabilização das condições físicas, proporciona conforto ambiental — equilíbrio da umidade e da temperatura, movimentação de ar e radiação solar, diminuição da poluição do ar, harmonização da paisagem, presença de fauna e suporte para atividades de recreação e lazer (SECOVI-SP, 2000).

Lamas (1993, p. 106) julga que:

Do canteiro à árvore, ao jardim de bairro ou grande parque urbano, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana; caracterizam a imagem da cidade; têm a individualidade própria; desempenham funções precisas; são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços.

Lima *et alii* (1994, p. 108) conceituam as áreas verdes como:

[...] espaços livres de construção onde o elemento fundamental da composição da vegetação juntamente com o solo permeável, deve ocupar no mínimo 70% da área. Inclui-se as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais das avenidas, os trevos e rotatórias permeáveis de vias públicas e áreas que exercem funções estéticas e ecológicas, são conceituados como área verde.

De maneira geral, os parques urbanos influenciam positivamente a estética das cidades ao mesmo tempo em que são responsáveis pelo conforto ambiental e o bem-estar da comunidade em que estão inseridos.

Para que os parques cumpram efetivamente seu papel, Sá Carneiro (2010, p. 106) recomenda

que o desenvolvimento de uma área assim considere fatores físicos, a exemplo da vegetação, clima e topografia; fatores socioeconômicos; e a história do lugar.

O estudo sobre seus antecedentes históricos revela que os parques surgiram ao fim do século XVIII, na Inglaterra, incorporando a estrutura urbana dos jardins da Corte, após longo período de influência francesa em seus jardins (KLIASS, 1993).

No Brasil a origem dos parques urbanos é do século XVIII, e advém da necessidade de proteção de áreas para a contemplação e lazer e da organização de jardins e passeios públicos voltados ao interesse da Coroa portuguesa nas potencialidades econômicas da natureza brasileira (SEGAWA, 1996, p. 16).

Posteriormente, mediante o intenso processo de industrialização que teve como protagonistas algumas cidades brasileiras, os parques e bosques urbanos tornaram-se produto de políticas públicas que visavam dar função para a enorme quantidade de “vazios urbanos”, ou seja, imensas áreas de terras (MACEDO; SAKATA, 2010).

De Paula (2016) expõe que esse quadro de transformação de terrenos urbanos remanescentes em parques públicos fez com que estes fossem por muitas décadas os antecessores das áreas de lazer urbano formais do país.

Para Lima (1994), o parque urbano “é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos”.

Macedo e Sakata (2002, p. 14) julgam como parque “todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente”.

No Art. 103 do Código Civil brasileiro, os parques se inserem nos bens de uso comum do povo, os quais “são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação” e seu uso “pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertence”.

Para Melazo e Colesanti (2003, p. 6), os parques urbanos:

[...] representam na dinâmica das cidades, um “espaço verde” fundamental no contexto de crescimento e desenvolvimento econômico e urbano, pois, através deles, proporcionam para a comunidade dos bairros que os circundam como também para toda a cidade, um espaço destinado ao lazer, ao contato com a natureza, onde o homem se encontra totalmente inserido.

Sitte (1992) defendem que os parques urbanos “são essenciais para a saúde, mas não muito menos importantes para o êxtase do espírito, que encontra repouso nessas paisagens naturais espalhadas no meio da cidade. Sem recorrer à natureza, seria um calabouço fétido”.

Em geral, à medida que “[...] a população se apropria de um parque, ou seja, à medida que se estabelece o seu uso, podem vir à tona as falhas de um projeto paisagístico que não levou em conta as especificidades de uma realidade” (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 18).

Esse autor (2010, p. 19) afirma ainda que:

Se o paisagista, por um lado, concebe um projeto que atenda às funções inicialmente definidas pelos agentes públicos e que leve em conta as necessidades dos usuários potenciais, torna-se mais remota a ocorrência de problemas; se, por outro lado, os moradores do entorno não participam da concepção do projeto, o parque pode não ser apropriado pela comunidade, ocasionando ações de vandalismo ou mesmo abandono.

A participação da sociedade na formulação de projetos de criação e manutenção de espaços públicos — como os parques — permite que esta se sinta mais responsável pelas áreas, inibindo, assim, a depredação dos equipamentos. Além disso, a participação contribui com a identificação e solução de problemas que venham a surgir conforme o uso.

2.4.1 Funções do Parque

Bovo e Conrado (2012) destacam que os parques urbanos assumem papéis distintos para cada indivíduo, pois cada cidadão possui sua própria percepção do verde urbano e cria novas perspectivas no sentido de preservar a natureza.

A função a que se destinavam os primeiros parques nas emergentes cidades industriais europeias era o lazer e recreação, sendo que “[...] a princípio, as ideias de parque na Inglaterra estavam ligadas ao modelo de jardins, com influências de culturas e artes orientais modeladas e planejadas paisagisticamente de acordo com a disposição dos elementos naturais preexistentes” (MELAZO; COLESANTI, 2003, p. 5).

Sá Carneiro (2010, p. 19) expõe que:

A função dos parques é estabelecida a princípio, pelos agentes públicos responsáveis por implementá-lo, que arbitram tendo em vista seu uso provável que a população dispensará ao espaço; mas uma vez inaugurado o mesmo, o uso efetivo da população pode tanto consolidar aquela função quanto dar origem a uma outra, não considerada pela projeto.

Muitos parques urbanos são importantes para absorção das águas das chuvas, funcionando como tampão no caso de enchentes. Isso não impede que as mesmas áreas sejam utilizadas para o lazer e esporte de todas as faixas sociais e idades (BONONI, 2004, p. 213-214).

Loboda e De Angelis (2005) apontam que as contribuições ecológicas, a questão estética e a função social dos parques urbanos evidenciam sua importância em meio aos centros urbanos. As contribuições ecológicas incidem no aproveitamento dos elementos naturais que compõem esses espaços, minimizando os impactos decorrentes da urbanização, incluindo a diminuição de ruído e poluição, dentre outros.

A função estética relaciona-se ao papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação, bem como, a qualidade visual harmônica, que traz aspectos de melhor qualidade de vida para a cidade. Já a função social está inteiramente conectada à oferta de ambientes para o lazer da população (LOBODA; DE ANGELIS, 2005).

Sá Carneiro (2010, p. 51) descreve sete funções desempenhadas pelos parques urbanos:

[...] a recreativa, relacionada à contemplação, à meditação e à prática de esportes; a cultural, cujo foco, no mais das vezes, é a história anterior da localidade; a estética, caracterizada pela oferta de cenários de beleza paisagística; a social, que diz respeito à convivência entre os usuários; a educativa e ecológica, baseada nos benefícios que a proximidade com a natureza pode trazer à qualidade de vida; e a econômica, relacionada ao turismo e a valorização das edificações do entorno.

O desempenho de cada função do parque somente será efetivo se a qualidade das estruturas apresentarem-se adequadas, para tanto, é essencial procedimentos administrativos que considerem todas as características dos espaços, bem como as necessidades da população envolvida.

2.4.2 Tipos de Parques

Segundo Wright *et alii* (*apud* ESCADA, 1992, p. 13), as funções dos espaços livres são agrupadas em três conjuntos:

- Espaços livres para recreação:

Devem proporcionar recreação física e psicológica e oferecer um local onde o ser humano possa ter um ambiente adequado ao lazer. Esses espaços são subdivididos em:

Parque de vizinhança: áreas com função recreacional que podem abrigar alguns tipos de equipamentos ligados à recreação. São espaços livres pequenos inseridos no projeto de loteamento ocupando um ou mais lotes, devem conter vegetação, ambientes de jogos, bancos para descanso, etc. Para atender convenientemente a população devem estar entre 100 e 1000 m de distância das residências ou do trabalho.

Parque de bairro: locais de maiores dimensões, além de terem funções recreacionais mais ativas, apresentam funções paisagísticas ou bioclimáticas, não são entendidos, ao contrário dos primeiros espaços, como extensão das residências.

Parque distrital: de grandes dimensões, são áreas de bosques que contam elementos naturais, de grande beleza, que devem ser conservados na condição original.

- Espaços livres para a conservação de recursos biofísicos:

São espaços que têm o objetivo de satisfazer às necessidades da sociedade em longo

prazo. São espaços pouco ou não alterados destinados à proteção da água de abastecimento, prevenção de enchentes pela absorção da água de declive acentuado, proteção de áreas de valor paisagístico, arqueológico ou biológico.

- Espaços livres para o desenvolvimento da forma urbana:

São os preços que têm o objetivo de modelar o padrão do desenvolvimento urbano dando uma ideia de identificação e territorialidade.

Mantovani (2006) sugere outros três tipos: Parque Tecnológico, com material de uso, bancos, áreas de lazer amplas e sem elementos biológicos que marquem; o Parque Jardim, com elementos biológicos mantidos sob manejo contínuo, sempre alterados e manejados com cortes e podas, com funções importantes e rara utilização de espécies nativas; e o Parque Ecológico, composto por ecossistemas naturais de conservados em toda sua estrutura.

Pereira (2008) faz uma ligação entre os aspectos relacionados à localização, à dimensão e ao uso dos parques, classificando-os em três categorias:

- Parque de bairro: que abrangem espaços amplos destinados ao lazer passivo e ativo, com instalações para o esporte, atividades culturais, e área de vegetação;
- Parque municipal: com maior dimensão que o parque de bairro, possui recursos naturais ou criados artificialmente (vegetação, lagos e bosques), equipamentos de esporte e cultura e com possibilidade de permanência prolongada pelo usuário; e
- Parques estaduais e nacionais: qualificados como reservas florestais de valor ecológico relevante, com extensas áreas no perímetro das cidades, podendo ou não, permitir visitas do público.

2.4.3 Administração dos Parques Urbanos Municipais

Sá Carneiro (2010, p.135) explica que:

O gerenciamento dos parques envolve diversas esferas, tal a variedade das ações que demanda: organização de programas de recreação; envolvimento da comunidade e das instituições; formulação e aplicação de políticas urbanas; manutenção da vegetação e dos equipamentos; provisão do material de limpeza; segurança dos usuários; e regulamentação do parque.

“O gerenciamento dos parques, é entendido como uma ação a se compartilhar entre governo, setor privado e usuários [...]” (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 136). A administração deve ser exercida não só por pessoas que tenham uma “formação técnica, mas também por aquelas cujo parâmetro para interpretar a paisagem seja a própria experiência de vida, ou seja, o valioso conhecimento dos usuários” (LYNCH, 1984 *apud* SÁ CARNEIRO, 2010, p. 136).

Deve-se considerar que “a participação da comunidade não se limita a informá-la sobre o projeto, e sim informá-la e receber suas reações quanto ao projeto, conhecer suas preocupações e necessidades, seu valores, bem como sugestões de melhorias para a atividade proposta” (RIBEIRO, 2004, p.784).

Além disso, “[...] para uma gestão satisfatória é essencial a disponibilidade de recursos financeiros para a manutenção” (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 139).

De acordo com Gatti (2013, p. 12), diagnosticar os problemas e as carências de espaços públicos presentes nas cidades, identificar potencialidades, escolher a melhor localização e o programa ideal são princípios fundamentais para a aplicação correta de recursos e a elaboração de um bom projeto urbano.

“O mapeamento dos problemas e potencialidades de uma ampla área permitirá ainda que sejam elencadas prioridades de investimento público com base na relevância do problema identificado e nas demandas existentes” (GATTI, 2013, p. 13).

O mapeamento da área também tornará possível uma avaliação do impacto ambiental que a

construção do espaço trará a comunidade.

Para Ribeiro (2004, p. 762-763), a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) tem como objetivo:

Analisar as consequências ambientais prováveis de uma atividade humana no momento de sua proposição. Essas informações devem, portanto, ser levadas em consideração no processo decisório, juntamente com outras de caráter financeiro, técnico, legal e político.

Após estudar área do entorno e as necessidades da população envolvida, é preciso definir o programa a ser gerado com base nas demandas e na análise da área. Esta definição compreende os aspectos que o espaço precisa ter para atender as demandas da localidade.

Conforme Gatti (2013, p. 42-43), dentre os aspectos estão os seguintes itens:

- “Atividades a serem desenvolvidas”, compreende a definição dos usos do espaço público;
- “Equipamentos necessários”, englobam os equipamentos necessários para que cada uma das atividades previstas se estruture; e
- “Edificações de apoio”, como, por exemplo, banheiros públicos, posto policial, espaços de exposições.

Cada novo sistema de espaços livres deve ser projetado de forma a usar o mínimo de energia e de matéria-prima, gerar o mínimo de resíduos e, sempre que possível, servir há vários propósitos (SPIRN, 1996 *apud* OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 521).

“Pontos de acúmulo de lixo, problemas de segurança, iluminação deficiente ou excesso de tráfego local são importantes fatores a serem detectados na área envoltória de projeto para que possam ser minimizados” (GATTI, 2013, p. 36).

Outro enfoque a ser considerado é a “relação entre o local do projeto e os problemas críticos da cidade: enchentes, poluição e abastecimento de água, bem como riscos específicos e recursos disponíveis na área ou em suas redondezas” (OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 522).

“A habilidade técnica e artística do paisagista também são decisivas para o sucesso nessa fase de concepção” (SÁ CARNEIRO, 2010, p. 106). Além disso, os responsáveis pelo projeto dos parques devem ter conhecimento de exemplos de parques bem sucedidos e das necessidades relevantes dos usuários (SÁ CARNEIRO, 2010).

Cada projeto de espaços livre deve (SPIRN, 1996 *apud* OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 521- 522):

[...] procurar atender, por meio de plano paisagístico, à diversidade de interesses e necessidades da população; tratar da localização de cada área dentro do ecossistema urbano como um todo, incluindo sua relação como os problemas mais críticos da cidade; incentivar tanto a permanência nos locais como o uso de equipamentos adequados, tornando-os mais atrativos; prever atividades de lazer ativo (lúdicas, culturais e folclóricas) para as áreas livres, valorizando a herança cultural da população, muitas vezes rica e diversificada [...].

Como aponta Gatti (2013, p. 20), “condições de circulação para pedestre e modais não motorizados; acessibilidade; arborização; segurança; conforto; áreas de estar e permanência; atividades realizadas; e apelo visual”.

São alguns dos elementos nos espaços públicos que permitem uma ideia geral da qualidade dos espaços de uma cidade ou região.

2.4.3.1 Administração dos Parques em Caruaru (PE)

A criação dos parques no município de Caruaru é responsabilidade de uma equipe especializada composta por arquitetos, paisagista e ambientalistas envolvidos ativamente com as questões ambientais da cidade (PMC, 2016).

Quanto a administração dos parques situados no Município, esta compete à Empresa de Urbanização e Planejamento (URB) — empresa pública de direito privado, pertencente ao quadro da administração indireta do município — cuja finalidade é implantar planos e executar serviços de caráter econômico.

A URB é responsável por serviços como fiscalização, vistorias em parques e praças, aprovações de projetos, legalização fundiária urbana, emissão de alvará, emissão de licenças, elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, além da fiscalização e licenciamento ambiental.

Cada departamento da URB desempenha uma série de ações atribuídas pela mesma:

- Diretoria de Administração e Financeira: administração; compras e tesouraria.
- Diretoria de Planejamento e Controle Urbano: elaboração de projetos (Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo); revisão do Plano Diretor; orçamento; controle urbano; fiscalização; vistorias; aprovação de projetos; legalização fundiária urbana (loteamentos); regularização de imóveis; emissão de alvarás; emissão de licenças (construção, funcionamento e habite-se).
- Superintendência de Meio Ambiente: manutenção e ampliação de áreas verdes; preservação de unidades de conservação; fomentação de ações voltadas à proteção animal; fiscalização e licenciamento ambiental; manutenção dos parques municipais; preservação e manutenção das praças; execução de podas e; implantação de arborização.

A diretoria de meio ambiente também está envolvida nos procedimentos de administrativos adotados pela URB. A ela compete manutenção e ampliação de áreas verdes; preservação de Unidade de Conservação; fomentação de ações voltadas à proteção animal; fiscalização e licenciamento ambiental; manutenção dos parques municipais; preservação e manutenção das praças; execução de podas e implantação de arborização

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA

Serão abordados aqui dados e informações — por vezes denominados como evidências — referentes ao método utilizado para o desenvolvimento do presente estudo.

3.1 MÉTODO DE PESQUISA: ESTUDO DE CASOS (EC)

Yin (2005, p. 32), afirma que “o estudo de caso é uma investigação empírica que trata de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Gil (2009, p. 54), por sua vez, aponta alguns:

[...] propósitos dos estudos de caso: 1) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; 2) preservar o caráter unitário do objeto estudado; 3) descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação; 4) formular hipóteses ou desenvolver teorias e 5) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos.

O método de estudo de caso (EC) é utilizado de forma ampla em pesquisas nas ciências sociais — psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, história e economia — e em áreas com orientação prática, como planejamento urbano, administração pública, política pública, ciência da administração, trabalho social e educação (YIN, 2005).

Fonseca (2002, p. 33) determina que um EC pode ser caracterizado como:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o “como” e/ou o “porquê” de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Utilizado como estratégia — ou método — de pesquisa, o EC pode ser usado em diversas situações, pois contribui com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais,

organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados (YIN, 2005).

Este autor (2005, p. 23) ainda afirma que:

Para cada situação existem três condições que orientam a escolha do método adequado. As três condições consistem (a) no tipo de questão de pesquisa proposta, (b) na extensão de controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais atuais e (c) no grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos em oposição a acontecimentos históricos.

O Quadro 1 apresenta as três condições e expõe como cada uma se relaciona com os métodos abordados por Yin (2005): experimento; levantamento; análise de arquivos; pesquisa histórica; e estudo de caso.

Quadro 1: Situações relevantes para diferentes métodos de estudo

Estratégia	Forma de questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais	Focaliza eventos contemporâneos
Experimento	como, por que	sim	sim
Levantamento	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim
Análise de arquivos	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim/não
Pesquisa histórica	como, por que	não	não
Estudo de caso	como, por que	não	sim

Fonte: Adaptado da Cosmos Corporation (*apud* YIN, 2005, p. 24).

De fato, reitera-se que o método de pesquisa utilizado no TCC é estudo de caso (EC), que tem por objeto de estudo os Parques Severino Montenegro e São Francisco, no município de Caruaru (PE).

O estudo nos Parques Severino Montenegro e São Francisco deve-se ao fato de que estes tiveram em seus projetos a finalidade de reabilitar áreas degradadas pela ação humana — construção da usina de asfalto e desmatamento do leito do rio Ipojuca, respectivamente, por exemplo. Além disso, oferecem opções de lazer a população, bem como melhoram a paisagem urbana e são capazes de estimular um estilo de vida mais saudável.

A escolha dos parques urbanos também considerou importante as datas de inauguração dos mesmos. Portanto, escolheu-se o mais antigo — o Ambientalista Severino Montenegro — e um dos mais novos — o São Francisco. Isso oferece uma perspectiva para analisar a evolução do processo de criação de parques em Caruaru.

Determina-se, portanto, a adoção de um “estudo de caso múltiplo holístico”, ou seja, com uma única unidade de análise que pode ser definida como a proposição específica que irá nortear a coleta e análise de dados. No TCC, ela compreenderá:

- *A administração dos parques em função de políticas de lazer e sustentabilidade ecológica.*

Yin (2005) expõe que estudos de casos múltiplos, como o que ocorre aqui, apresentam algumas vantagens quando comparados com os de caso único. A rigor, “as evidências resultantes de casos múltiplos são consideradas mais convincentes, e o estudo global, por conseguinte é visto como algo mais robusto” (HERRIOTT; FIRESTONE, 1983 *apud* YIN, 2005, p. 68).

Para responder a pergunta que se configura como o problema de pesquisa do TCC — “*Como as ações direcionadas ao lazer e à sustentabilidade ecológica têm sido realizadas pela administração dos parques e assimiladas por seus usuários?*” — haverá a combinação dos seguintes procedimentos metodológicos:

- Estudo exploratório e descritivo;
- Estudo de campo;
 - Entrevistas semiestruturadas;
 - Observações diretas; e
- Pesquisa bibliográfica e documental.

O referido autor (2005, p. 125) propõe que “um ponto forte muito importante da coleta de dados [e informações] para um estudo de caso é a oportunidade de utilizar várias fontes

diferentes para a obtenção de evidências”.

3.1.1 Estudo Exploratório e Descritivo

Gil (1999 p. 43) confirma “que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Silveira e Córdova (2009, p. 35) descrevem que “esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

No TCC se buscou explorar biografias e documentos que trataram dos temas aqui abordados, como também observar a área dos parques e explorar dados e informações importantes que puderam contribuir com a pesquisa.

Vergara (2009, p. 42) ressalta que, “por sua natureza de sondagem, a investigação exploratória não comporta hipóteses que, entretanto, poderão surgir com o decorrer ou mesmo ao final do estudo”.

Quanto ao estudo descritivo, Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza — assim, tal pesquisa “não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Para Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Segundo Gil (1999 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 21), “as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Sendo assim, o presente estudo busca explicar as peculiaridades da administração dos parques, por meio de entrevistas com seus responsáveis, ao mesmo tempo em que investiga relatos de usuários, objetivando comparar teoria e prática e, logo, oferecer sugestões de melhorias para o processo administrativo das áreas em questão.

3.1.2 Estudo de Campo

“No estudo de campo, o investigador observa — ou coleta dados e informações — a situação social ou institucional, sem a manipulação de qualquer variável, para poder estudar as relações entre atitudes, crenças, valores, percepções e condutas dos indivíduos e dos grupos” (MOREIRA, 2004, p. 16).

Fonseca (2002, p. 32) afirma que:

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados e informações junto às pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).

Para o cumprimento dessa etapa se fez uso de entrevistas semiestruturadas — com os sujeitos responsáveis pelos parques e com os usuários dos mesmos — e observações diretas. Tendo em vista que Yin (2005, p. 120) indica “realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de entrevistas”.

3.1.2.1 Entrevista Semiestruturada

De acordo com Gil (1999 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 35), “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais”. Esta técnica é a mais adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, bem como suas razões para cada resposta.

Manzini (1990/91, p. 154):

[...] assegura que a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

De sua parte, Triviños (1987, p. 146) declara que:

[...] a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Em vista disso, as questões dirigidas aos sujeitos durante as entrevistas tiveram como base as teorias apresentadas no Capítulo II do TCC, sem se desviar dos objetivos apresentados no Capítulo I.

É importante registrar que, conforme as questões iniciais foram lançadas, surgiram outras complementares ao roteiro de entrevista.

3.1.2.2 Observação Direta

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 27), “observar é aplicar atentamente os sentidos físicos a um amplo objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”.

A observação direta ajuda o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 1996, p. 79).

As observações podem ser tão valiosas a ponto de permitir que o pesquisador tire fotografias do local do estudo. “No mínimo, essas fotografias ajudarão a transmitir as características importantes do caso a observadores externos” (YIN, 2005, p. 121).

No TCC, foi aplicada observação direta como forma de analisar as áreas em estudo — os parques —, bem como o comportamento dos usuários dentro delas.

3.1.3 Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica provém do levantamento de referências teóricas anteriormente analisadas, e publicadas por meio de textos escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas da *web* e *sites*. “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permita ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Marconi e Lakatos (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

“Os documentos são uteis na hora de verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista, também são capazes de fornecer detalhes específicos para corroborar as informações oriundas de outras fontes” (YIN, 2005, p. 112-114).

Além disso, devido a seu valor global, desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao se realizar estudos de caso (YIN, 2005, p. 114).

Para a construção do trabalho, inicialmente, buscou-se a realização de uma coleta de dados e informações por meio de estudos bibliográficos e documentais.

Tais estudos trataram textos científicos — artigos, livros e dissertações — e documentos expressos em leis, relatórios e outros oficiais semelhantes.

Nesta fase, foram retirados alguns textos da *internet*, que serviram como complemento para a

aquisição de dados e informações sobre os parques de Caruaru (PE) e sobre o setor da prefeitura municipal responsável pela administração das áreas em questão.

As proposições adquiridas durante a pesquisa bibliográfica e documental foram, confrontadas com dados e informações obtidos por meio das entrevistas e observações, visando relacionar os fatos empíricos à teoria.

3.2 PREPARAÇÃO PARA A COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

O desenvolvimento de um EC requer uma preparação adequada que conduza a coleta de dados e informações pertinentes à pesquisa. A preparação envolve um plano a ser seguido pelo pesquisador durante sua busca por dados e informações que seja coerente com seus objetivos, problema e com a teoria estudada.

Recomenda-se, assim, a elaboração de um protocolo para o EC. Ele deverá conter quatro seções importantes referentes aos dados e informações a serem coletados: (1) visão geral do projeto de estudo de caso; (2) procedimentos de campo; (3) questões do estudo de caso; e (4) guia para o relatório de EC (YIN, 2005).

O Quadro 2 faz menção ao conteúdo de cada seção dentro do protocolo de EC.

Quadro 2: Seções do protocolo de estudo de caso

Seção	Conteúdo
Seção 1	<ul style="list-style-type: none"> – Objetivos; – Pessoas envolvidas; – Leituras importantes; – Questões do estudo (fundamento para a seleção do local onde será realizado o estudo, proposições a serem examinadas e a relevância da investigação); e – Guia para o relatório do estudo de caso (esboço, formato para os dados, uso de outras documentações e informações bibliográficas).
Seção 2	<ul style="list-style-type: none"> – Apresentação das credenciais; – Acesso aos locais do estudo de caso; – Fontes gerais de informações; – Advertências de procedimento; e – Uma agenda clara das atividades de coleta de dados.
Seção 3	<ul style="list-style-type: none"> – Questões específicas que o pesquisador deve manter em mente ao coletar os dados (lembretes usados para lembrar das informações que precisam ser coletadas); e – Fonte das informações.
Seção 4	<ul style="list-style-type: none"> – Esboço; – Formato para os dados; – Uso e apresentação de documentações; e – Informações bibliográficas.

Fonte: A autora (2016).

Embora, as seções do protocolo de EC tenham sido mencionadas brevemente desde o Capítulo I, houve quatro fases que evidenciaram plenamente as seções citadas pelo quadro anterior. As fases envolveram: (1) a descrição dos procedimentos para a coleta de dados e informações; (2) definição dos processos adequados à análise dos mesmos; (3) a realização efetiva da análise; e, por último, a (4) descrição das conclusões encontradas. As seções do protocolo de EC do TCC encontram-se descritas no Anexo K.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Yin (2005) recomenda que durante a coleta de dados e informações três princípios sejam considerados para manter a alta qualidade na realização de EC. Inclui-se, dessa forma, o uso de: várias fontes de evidências; criação de um banco de dados e informações para o estudo de caso; e um encadeamento das evidências.

Portanto, reitera-se, que o trabalho contou com quatro fontes de evidências e um banco de dados e informações que reuniu o que se obteve dos sujeitos — as perguntas realizadas e as respostas atingidas. Ressalta-se que tais dados e informações — ou o encadeamento das evidências — estão contidos no Capítulo IV.

Como recomendado no protocolo de EC, aqui são apresentados os resultados prévios do estudo com (A) definição dos sujeitos do estudo e (B) trajetórias das entrevistas e observações.

3.3.1 Definição dos Sujeitos do Estudo

Repete-se, aqui, que, no TCC, se adotou como objeto de estudo os Parques Severino Montenegro e São Francisco, localizados no município de Caruaru (PE).

Para alcançar os resultados pretendidos foi realizada uma entrevista com os responsáveis pelos parques acima citados. A escolha dos sujeitos se justificou por eles estarem envolvidos, direta ou indiretamente, nos processos de administração que contribuem — ou não — para a oferta de lazer e fomentação da sustentabilidade ecológica nos parques urbanos ora objetivados.

Também foram entrevistados os usuários dos parques, visto que eles mantêm contato direto com as áreas e, portanto, podem contribuir com a identificação de dados e informações importantes sobre os usos e características dos parques.

A escolha dos sujeitos/usuários considerou a idade, um fator importante, visto que as pessoas mais jovens podem estar mais informadas e inseridas em assuntos ligados a sustentabilidade ecológica e a prática de lazer, ademais eles são maioria no número de usuários, isso porque os idosos formam um grupo negligenciado no processo de elaboração dos projetos de parque (CRANZ, 1982 *apud* SÁ CARNEIRO, 2010, p. 58).

Os quadros a seguir incluem dados e informações dos sujeitos do estudo coletados por meio de questionários (ver Anexos A, B e C). Estes foram selecionados por participarem ativamente dos procedimentos administrativos dos Parques Severino Montenegro e São Francisco.

Quadro 3: Rotulação dos sujeitos — Responsável I

Sujeito	Gênero	Formação	Conclusão	Especialização	Conclusão
RI	F	Arquitetura e Urbanismo	1975	Direito Ambiental e Urbanístico	2008

Legenda: F: feminino; R: responsável.

Fonte: A autora (2016).

Quadro 4: Rotulação dos sujeitos — Responsável II

Sujeito	Gênero	Formação	Conclusão	Especialização	Conclusão
RII	F	Ciências Sociais	1985	—	—

Legenda: F: feminino; R: responsável.

Fonte: A autora (2016).

Quadro 5: Rotulação dos sujeitos — Responsável III

Sujeito	Gênero	Escolaridade	Conclusão	Formação	Conclusão
RIII	F	Ensino Médio	1981	—	—

Legenda: F: feminino; R: responsável.

Fonte: A autora (2016).

Percebe-se, deste modo, que se constituiu como sujeitos do estudo três “responsáveis (R)” — um geral, por todos os parques de Caruaru (RI), um pelo Severino Montenegro (RII) e um pelo São Francisco (RIII).

Quadro 6: Rotulação dos sujeitos — Usuários do Parque Ambientalista Severino Montenegro

Sujeitos	Gênero	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação
U1	F	23	Ensino médio	Desempregada
U2	M	21	Ensino médio	Vendedor
U3	F	23	Superior em andamento	Desempregada
U4	F	22	Ensino superior	Professora
U5	F	21	Ensino médio	Fotógrafa
U6	F	26	Ensino superior	Empresária

Legenda: U: entrevistado; F: feminino; e M: masculino.

Fonte: A autora (2016).

Quadro 7: Rotulação dos sujeitos — Usuários do Parque São Francisco

Sujeitos	Gênero	Idade (anos)	Escolaridade	Ocupação
E1	F	20	Ensino médio	Costureira
E2	M	26	Ensino médio	Mecânico
E3	M	24	Ensino médio	Vendedor
E4	F	26	Ensino superior	Advogada
E5	M	23	Ensino médio	Desempregado
E6	F	19	Ensino médio	Auxiliar administrativa

Legenda: E: entrevistado; F: feminino; e M: masculino.

Fonte: A autora (2016).

Também foram sujeitos do estudo os usuários dos parques, compondo um total de seis (6) indivíduos entrevistados — com idades entre dezenove (19) e vinte e seis (26) anos —, identificados aqui com a letra “U”, para os usuários do parque Severino Montenegro, e com a letra “E” para os usuários do São Francisco.

3.3.2 Trajetórias das Entrevistas e Observações

As entrevistas com os responsáveis foram realizadas nos seus respectivos locais de trabalho e em dias diferentes: RI e RII foram entrevistadas no dia 5 de outubro de 2016; e RIII no dia 6 do mesmo mês e ano.

Quanto aos usuários, estes foram entrevistados nos respectivos parques e também em dias distintos. Priorizou-se o fim de semana para a realização das entrevistas e observações por ser o período de maior incidência das visitas. Os usuários do Parque Ambientalista Severino Montenegro (PASM) foram abordados em 8 de outubro de 2016; e os usuários do Parque São Francisco (PSF), em 9 do mesmo mês e ano. O roteiro de entrevista compreendeu doze (12) questões.

Também foram adotadas visitas prévias aos parques a fim de se selecionar as áreas estudadas. Selecionadas elas, buscou-se dados e informações sobre os parques em foco e, para tanto, fez-se uso de (A) pesquisa de textos no *site* da Prefeitura do Município de Caruaru e de (B) observações diretas nas áreas.

A realização das observações contou com um roteiro de pontos possíveis a serem visitados e analisados em campo, ou seja, nos parques.

Quatro dias foram definidos às observações: em 14 de maio e 1º de outubro de 2016 ocorreram visitas ao PASM; em 15 de maio e 2 de outubro de 2016, ao PSF. Entretanto, note-se que observações “aleatórias” foram realizadas em dias de entrevistas com usuários.

Fez parte das observações diretas a retirada de fotografias dentro dos parques, buscando expor suas estruturas e suas características próprias, bem como o uso que seus visitantes lhes

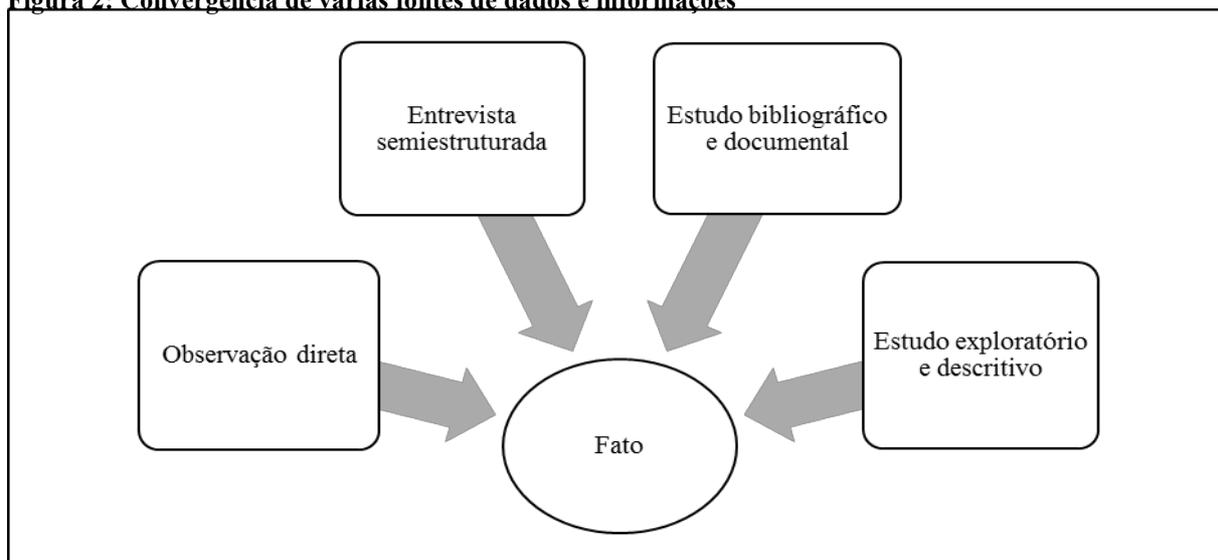
atribuem.

Os roteiros das entrevistas encontram-se nos Anexos A, B e C; as observações diretas têm protocolo próprio, exposto no Anexo J.

3.3.2.1 Coleta de Dados e Informações

Como mencionado anteriormente, os procedimentos metodológicos utilizados contaram com um (1) estudo exploratório e descritivo; (2) estudo de campo, contendo entrevistas semiestruturadas e observações diretas; e com uma (3) pesquisa bibliográfica e documental (ver Figura 2).

Figura 2: Convergência de várias fontes de dados e informações



Fonte: A autora (2016).

Definidas as fontes de dados e informações, o primeiro passo consistiu em formular um roteiro de entrevistas, estas dirigidas aos responsáveis e aos usuários dos parques.

As observações também foram norteadas por um roteiro, construído com base em aspectos pertinentes à pesquisa.

Em seguida, foi efetuado um pré-teste com os usuários, com a finalidade de encontrar possíveis falhas na formulação do roteiro de questões. Ressalta-se que a realização das

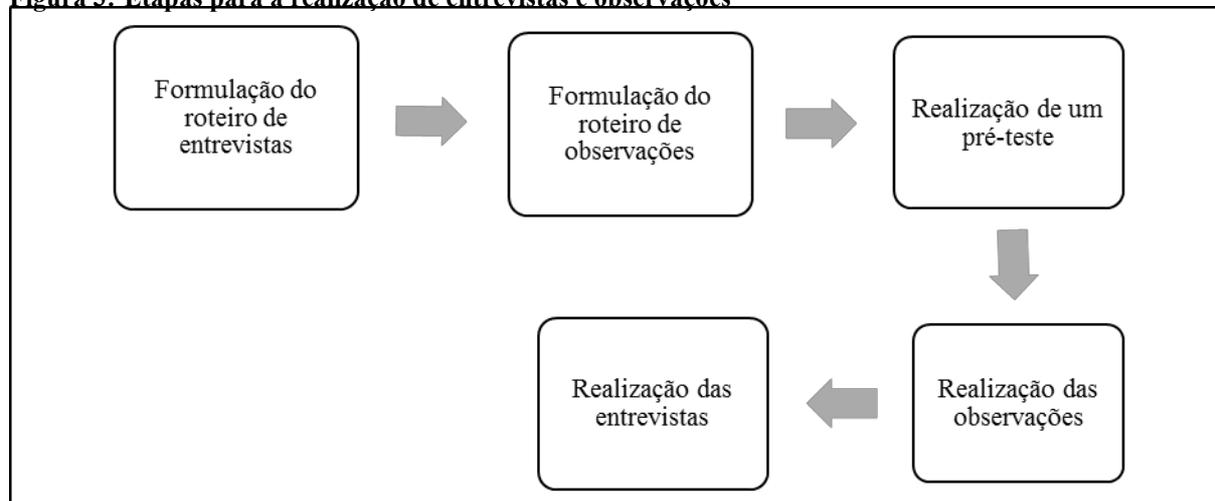
entrevistas se apoiou nas características do método, tendo como base os objetivos pretendidos e a fundamentação teórica do Capítulo II.

Após a adoção dos roteiros, dirigiu-se a campo para realizar as observações — vale ressaltar que durante as mesmas foram retiradas fotografias das áreas-objetos. Ainda em campo, foram executadas as entrevistas que contaram com perguntas fechadas e de caráter semiestruturado, baseadas em questões norteadoras à condução da conversação, e compreendendo outras que se fizerem pertinentes.

Julgou-se necessário, durante as entrevistas, a aplicação de questionários que permitiram o registro dos dados e informações gerais sobre os entrevistados.

A Figura 3 traz as etapas que precederam a realização das entrevistas e das observações, as quais contribuíram aos resultados.

Figura 3: Etapas para a realização de entrevistas e observações



Fonte: A autora (2016).

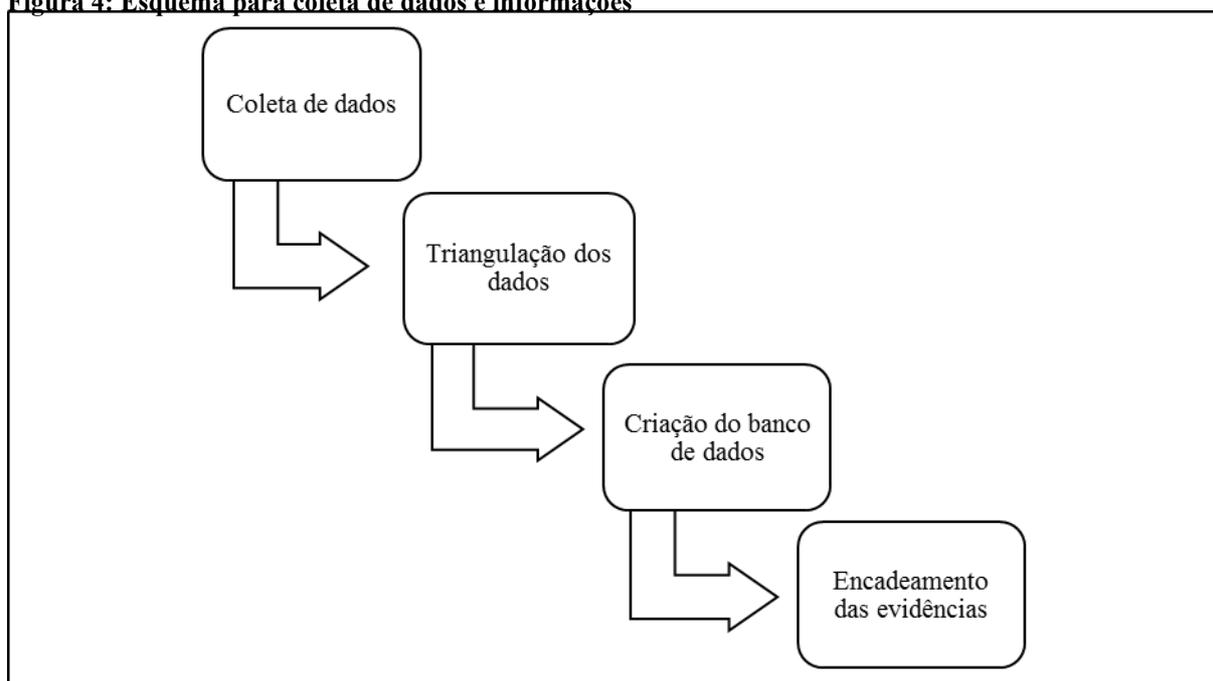
Ao fim das entrevistas e observações, foi realizada a triangulação dos dados e informações obtidos por meio das quatro fontes de evidências.

A coleta de dados informações por meio de várias fontes de evidências possibilita a triangulação de dados, que, por sua vez, permite convergências — ou seja, várias fontes apontam para um mesmo fato — ou não-convergência de evidências — ou seja, cada fonte de

evidência se dedica a fatos diferentes (Yin, 2005).

Como pode ser observado, a criação do banco de dados e informações, e o encadeamento das evidências, só se tornou possível após a coleta e triangulação dos dados e informações (ver Figura 4).

Figura 4: Esquema para coleta de dados e informações



Fonte: A autora (2016).

O passo seguinte consistiu nos procedimentos que levaram a análise dos dados e informações obtidos.

3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

A análise das evidências de um EC pode ser facilitada quando o pesquisador tem uma estratégia analítica geral, que pode ser baseada em proposições teóricas, estabelecer uma estrutura fundamentada em explicações concorrentes e desenvolver descrições de caso (Yin, 2005).

Quaisquer dessas estratégias permitem a aplicação de cinco técnicas:

- Adequação ao padrão: compara um fato que se apoia nas experiências com outro pautado em dados reais;
- Construção de explicações: compreende analisar os dados do estudo de caso construindo explicações sobre ele;
- Análise de séries temporais: envolve a análise de eventos ao longo do tempo;
- Modelos lógicos: inclui o encadeamento complexo de eventos ao longo do tempo; e
- Síntese de casos cruzados: diz respeito a análise de casos múltiplos (Yin, 2005).

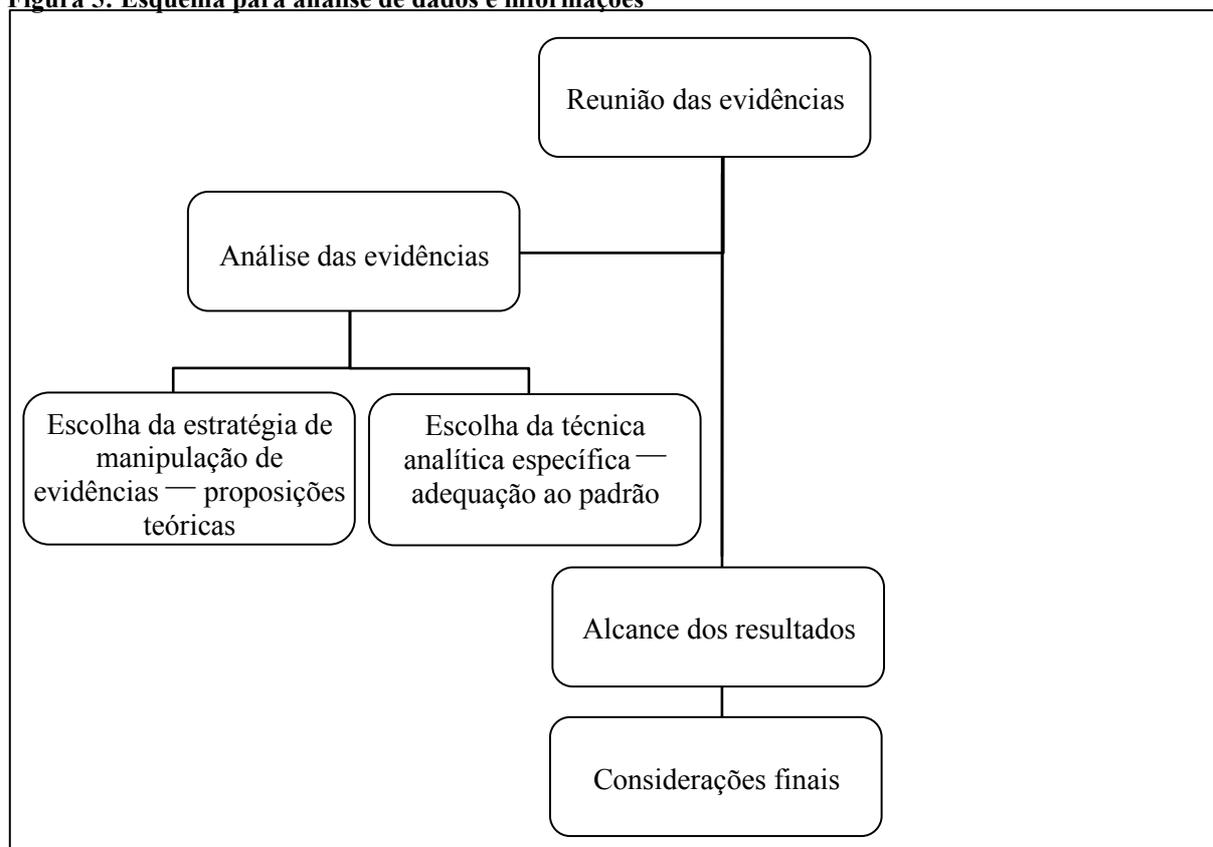
Após a reunião dos dados coletados, escolhe-se a estratégia de manipulação a ser utilizada e em seguida adota-se a técnica analítica.

A estratégia de manipulação das evidências apresentadas aqui se valeu de proposições teóricas que guiaram os objetivos, o projeto do estudo, a busca literária e a formulação das questões coerentes com a pesquisa. Utilizando a técnica analítica fundamentada na adequação ao padrão, ou seja, foram formuladas hipóteses que levaram em conta as proposições derivadas da teoria estudada.

As proposições discutidas dizem respeito às políticas públicas ligadas ao lazer e causas sustentáveis e às ações administrativas executadas nos parques urbanos.

A investigação permitiu que as informações adquiridas ao longo da coleta de evidências sejam confrontadas com as teorias abordadas pelo estudo.

Elaborada a análise dos dados e informações, chegar-se-á aos resultados necessários que guiarão as conclusões descritas no Capítulo V (ver Figura 5).

Figura 5: Esquema para análise de dados e informações

Fonte: A autora (2016).

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Após a coleta de dados e informações — isto é, evidências —, teve início o processo de análise dos mesmos, que consistiu em “examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou recombinaar os instrumentos para tratar as proposições iniciais do estudo” (YIN, 2005, p. 137).

A análise dos primeiros dados e informações se mostra como uma das fases mais importantes da pesquisa, visto que, a partir dela, são apresentados os resultados e, no Capítulo V, as considerações finais e/ou parcial, que deixarão margem para pesquisas posteriores (MARCONI; LAKATOS, 1996).

Reitera-se que os casos abordados o foram com fundamento na proposição de que quando a administração dos parques é adequada e envolve em suas estratégias políticas públicas associadas à oferta de lazer e promoção de melhorias ambientais, as chances de alcançar a boa qualidade dessas áreas torna-se significativamente maior.

Para cada estudo de caso (EC), o objetivo geral foi: “Revelar como as ações direcionadas à eficaz oferta de lazer e à fomentação da sustentabilidade ecológica têm sido executadas pela administração dos Parques Severino Montenegro e São Francisco e recebidas por seus usuários”.

A análise das evidências da pesquisa empregou a técnica de adequação ao padrão, ou seja, comparam-se ações realizadas nos Parques Severino Montenegro e São Francisco aos procedimentos administrativos a serem seguidos para alcançar a boa qualidade das funções desempenhadas pelos parques urbanos.

Uma vez que a administração dos parques é diretamente responsável pela qualidade das estruturas — com desempenho satisfatório de suas funções —, especifica-se, com base nas proposições teóricas sobre a promoção de lazer e de atitudes que incentivem a sustentabilidade ecológica, os seguintes resultados:

- *A existência de políticas públicas associadas à sustentabilidade ecológica;*
- *A administração, associada à correta distribuição e utilização dos recursos financeiros destinados à manutenção e ao uso adequado dos equipamentos determinam a boa qualidade das estruturas;*
- *A existência de políticas públicas voltadas ao lazer; e*
- *A administração dos parques compreende projetos de criação e manutenção das áreas que levam em consideração as necessidades da comunidade.*

É a partir de tais categorias que as evidências obtidas serão analisadas.

4.1 PROCEDIMENTOS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.1.1 Considerações das Responsáveis pelos Parques Ambientalista Severino Montenegro e São Francisco

Para atingir o objetivo específico I: “Descrever, ordenadamente, com base nos relatos dos administradores, os procedimentos administrativos direcionados à oferta de lazer e promoção de sustentabilidade ecológica”, os sujeitos do estudo — RI, RII e RIII — foram interrogados por meio de uma série de questões.

As questões que orientaram as entrevistas com as responsáveis estão descritas nos Anexos A, B e C. Reitera-se o emprego de perguntas fechadas de caráter semiestruturado, baseadas em questões norteadas pelos objetivos pretendidos e capazes de conduzir à conversação.

O roteiro de entrevista para RI contou com quatorze (14) questões; o roteiro para realizar as entrevistas com RII e RIII envolveu dez (10) questões.

O número de perguntas se diferencia entre as entrevistadas, visto que, a responsável geral (RI) participou ativamente dos projetos de criação dos parques e, sendo assim, torna-se capaz de fornecer informações, talvez, desconhecidas pelas demais (RII e RIII), que iniciaram suas atividades após a implantação dos parques.

Portanto, a construção dos questionamentos levou em conta os conhecimentos de cada sujeito de acordo com as funções desempenhadas por estes.

4.1.2 Considerações dos Usuários dos Parques Ambientalista Severino Montenegro e São Francisco

Visando atingir o objetivo específico II — “Definir, com base nos relatos de e usuários, se os parques são capazes de oferecer lazer adequado e simultaneamente fomentarem a sustentabilidade ecológica”, elaborou-se uma série de questões que serviram de orientações aos cidadãos acima mencionados.

Os usuários foram abordados por meio de entrevista, a qual tratou dos seguintes pontos:

O roteiro das entrevistas com os usuários compreendeu doze (12) questões formuladas de modo coerente com o conhecimento e linguagem deles, adotando termos que pudessem ser compreendidos pelos mesmos.

4.1.3 Contribuições e Recomendações Gerenciais Direcionadas à Prefeitura Municipal de Caruaru

Para alcançar o objetivo específico III: “Com base nos objetivos específicos I e II, apresentar proposta(s) que contribua(m) para o adequado funcionamento dos parques”, foram ponderadas as respostas dos questionamentos abordados nos objetivos I e II, em conjunto com as observações diretas.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentadas as análises dos resultados obtidos por meio da coleta de dados e informações. Aqui, as ações gerenciais dos Parques Severino Montenegro (PASM) e São Francisco (PSF) são confrontadas com as sugestões extraídas da teoria, buscando, assim, identificar se os estudos de caso confirmam ou negam a mesma.

4.2.1 Análise das Considerações das Responsáveis

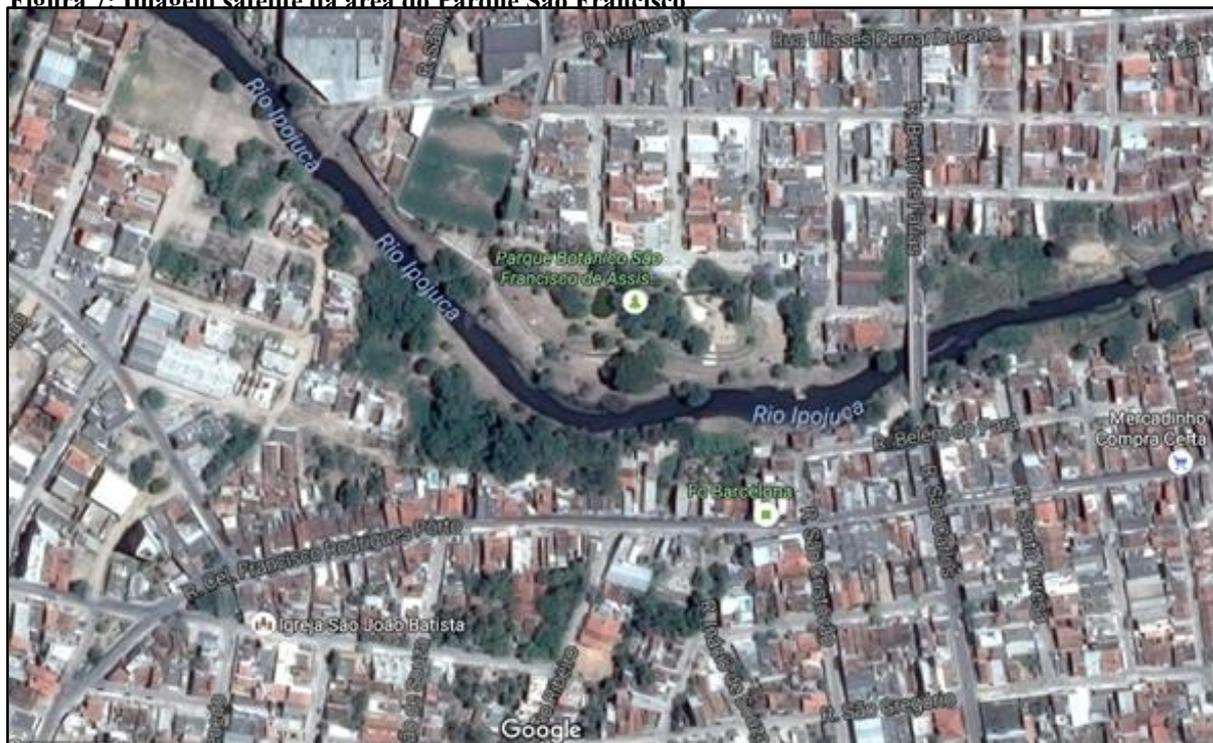
As medidas adotadas para criação dos parques apresentaram caráter emergencial, visto que a instalação dos mesmos contribuiu para transformar os “vazios urbanos” — extensões sem função social e/ou ambiental (MACEDO; SAKATA, 2010) — em espaços públicos de lazer que permitem contato direto com o ambiente natural.

Portanto, assevera-se que o PASM e o PSF tiveram em seus projetos o objetivo de recuperar espaços devastados pela ação humana, buscando atribuir a eles novas funções com benefícios à população e ao meio ambiente.

O PASM ocupa uma área onde o solo foi bastante degradado pelos processos de produção de asfalto, desmatamento e urbanização acelerada (Figura 6).

Para compensar os impactos negativos ocasionados por tais fatores, inicialmente instalou-se na área a sementeira Chico Mendes, responsável pela distribuição de mudas destinadas à arborização urbana. Posteriormente, foram adotados os primeiros procedimentos que dariam forma ao parque — limpeza e reestruturação do espaço.

Figura 7: Imagem satélite da área do Parque São Francisco



Fonte: Adaptado de Google Maps (2016).

Com base nas informações adquiridas com responsáveis pelos parques, é possível observar algumas outras funções desempenhadas pelos mesmos:

[...] os parques cumprem algumas funções, devem cumprir algumas funções, uma função é a função social e educativa, a função social é de encontro, de descanso, de meditação, de lazer, é um espaço democrático, outra função é a ecológica, de arborização, o serviço que uma árvore presta é de troca de oxigênio, pegando gás carbônico e transformando em oxigênio. É uma área que pela quantidade de vegetação cumpri essa função, outra função é a econômica, em torno do parque você tem pessoas que trabalham vendendo pipoca e doces. Bom, tem várias funções, mas essas são destaque, as funções sociais, ecológicas e estéticas (fala de RI).

Confirma-se, então, as sete funções desempenhadas pelos parques urbanos e apresentadas por Sá Carneiro (2010), a saber: a recreativa; a cultural; a estética; a social; a educativa; a ecológica; e a econômica.

Entretanto, ao longo das discussões percebeu-se que os parques cumprem as funções que lhes são atribuídas com certa dificuldade, devido a falhas presentes nas ações administrativas e nas suas respectivas estruturas.

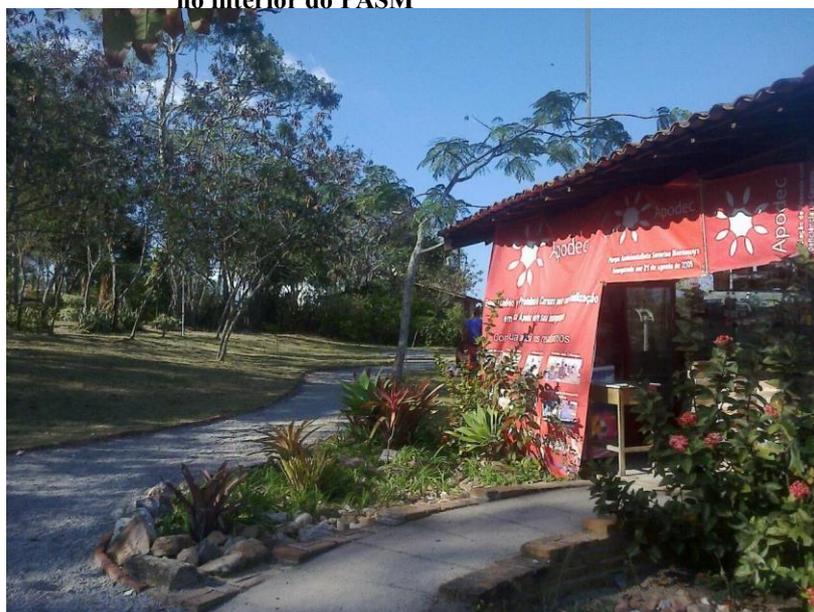
As responsáveis acreditam que os parques alcançam o equilíbrio entre as dimensões sociocultural, econômica e ambiental quando desempenham suas funções:

Acredito que os parques alcançam um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e sociocultural, os parques cumprem a função social deles, dão qualidade de vida a população, o que você fazia antes? Nada. Hoje você vai nos parques, você vê que a população realmente vai, ela tem pista de *cooper*, pista de bicicleta, tem quadra, área de piquenique, *playground*. Você pode ler, conversar, levar as crianças, ele oferece trabalho para os vendedores do entorno (fala de RI).

Alcança sim, melhorou o ambiental, há convivência social, pessoas vendem lanches lá fora e conseguem até um dinheirinho. A Prefeitura permitiu à Apodec construir uma lanchonete para arrecadar verbas para a Associação (fala de RII).
(ver Foto 10).

Todavia, a função econômica não representa apenas distribuição de emprego informal, mas também, a valorização imobiliária das áreas em torno aos parques.

Fotografia 10: Lanchonete da Apodec, localizada no interior do PASM



Legenda: Apodec: Associação dos Portadores de Deficiência de Caruaru;
PASM: Parque Ambientalista Severino Montenegro.

Fonte: A autora (2016).

Tornou-se evidente que alguns aspectos — insuficiência de recursos financeiros e conhecimentos específicos, além da escassez de água — leva a alguns déficits dentro dos espaços:

[...] tudo sempre foi feito com poucos recursos, muitos estudos que precisam ser

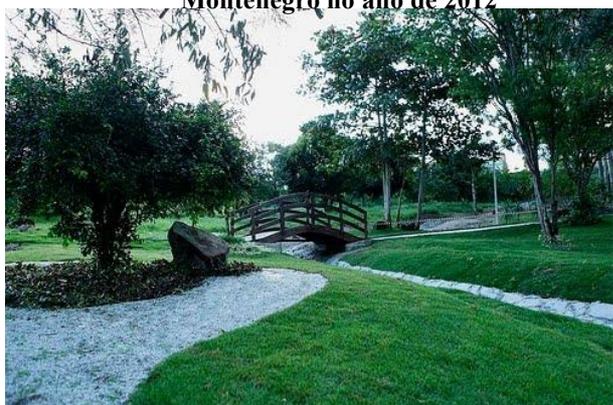
feitos para ver como construir ‘aquele’ tipo de equipamento não nos foi permitido, por exemplo. Houve muitas dificuldades, mas acho que mais importante, depois de construído o parque, é a gestão dele (fala de RI).

[...] se tivesse maiores investimentos seria melhor, teria uma academia popular, as plantas seriam mais cuidadas, haveria uma segurança melhor. Os investimentos não tem sido suficientes pois falta funcionários para realizar a manutenção (fala de RII, PASM).

O problema é só a crise de água que dificulta o manejo das plantas e da grama, mas os equipamentos estão bons (fala de RIII, PSF).

As fotografias a seguir oferecem uma noção do impactos gerados pela escassez de água dos últimos anos. A manutenção da vegetação está sendo comprometida pela crise hídrica que assola a região.

Fotografia 11: Parque Ambientalista Severino Montenegro no ano de 2012



Fonte: PMC (2016).

Fotografia 12: Parque Ambientalista Severino Montenegro no ano de 2016



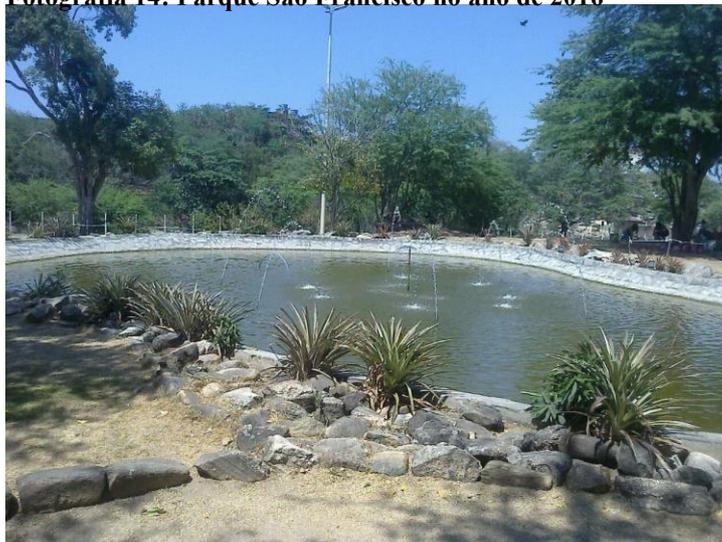
Fonte: A autora (2016).

Fotografia 13: Parque São Francisco no ano de 2015



Fonte: PMC (2016).

Fotografia 14: Parque São Francisco no ano de 2016



Fonte: A autora (2016).

Comprova-se que a disponibilidade de recursos financeiros é indispensável para uma administração que satisfaça as necessidades de manutenção (SÁ CARNEIRO, 2010).

A administração dependerá também da participação popular nos projetos e adoção de casos modelos. As responsáveis confirmam essas evidências nos procedimentos administrativos quando falam que:

[...] teve encontros com a população e participação, no São Francisco, por exemplo, a calçada foi feita com ajuda de moradores a partir de restos de construção, então foi feito um reuso desse material (fala de RI).

[...] visitas realizadas a Aracajú pelo Diretor do Meio Ambiente, trouxeram inspiração a criação do PASM (fala de RII, PASM).

Corroborando que os responsáveis pelo projeto dos parques devem conhecer exemplos de projetos e parques bem sucedidos, assim como saber identificar as necessidades relevantes dos usuários (SÁ CARNEIRO, 2010).

Afinal, cabe às prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca por soluções que promovam transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, levando em consideração o envolvimento da comunidade nos processos (PELLEGRIN, 1996).

Sobre o capital intelectual aplicado na projeção dos parques a responsável (RI), explica:

[...] a gente tem uma formação pra isso, a gente estudou, a didática que a gente fez, depois tem o conhecimento, de viajar pra outros locais e conhecer é muito importante. A gente tem estudos de caso, que estudos em outros locais, é um apanhado de conhecimento técnico e você tem experiência” (fala de RI).

Apoia-se assim, que as habilidades do paisagista são capazes de determinar o sucesso da fase de concepção (SÁ CARNEIRO, 2010).

Apesar de RI citar a existência de políticas públicas direcionadas ao lazer e à sustentabilidade, descrevendo a existência de atividade que fomentem a consciência ambiental, as demais responsáveis desconhecem tais práticas e indicam a ausência de atividades que incentivem a sustentabilidade ecológica.

Já fizemos no Severino Montenegro exposições de orquídeas, onde tem alguém falando e traz orquídeas pra mostrar como elas vivem, como você tem que plantar. Então isso é conscientizar a população. O Rotary, por exemplo, colocou a geladeira do conhecimento no PSF, a geladeira do conhecimento é aquela que não tem mais utilidade e passa a ser um local de livros que você pega emprestado (fala de RI).

Não tem, só as lixeiras, mas nenhuma campanha de conscientização com a população por parte da prefeitura (fala de RII, PASM).

Nenhuma ação da prefeitura é feita no parque para incentivar o cuidado com o meio ambiente, essas ações são feitas, normalmente, por professores que trazem seus alunos pra cá (fala de RIII, PSF).

As atividades lúdicas não ocorrem com frequência, RI informou que, em geral, são promovidas por parcerias público-privado.

Contestando a afirmação de que é preciso que cada projeto de espaços livre procure atender, por meio de plano paisagístico, à diversidade de interesses e necessidades da população; tratando a localização de cada área dentro do ecossistema urbano como um todo, incluindo sua relação com os problemas mais críticos da cidade; deve também, incentivar a permanência e o uso de equipamentos adequados e proporcionar atividades de lazer ativo — lúdicas, culturais e folclóricas — para as áreas livres (SPIRN, 1996 *apud* OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 521- 522).

Os próprios parques revelam as carências relacionadas a essas dimensões. Poucas ações remetem à sustentabilidade ecológica — uso de material reciclado na estética e estrutura dos mesmos, por exemplo. Ficou evidente que os resíduos produzidos pelo parque não recebem atenção necessária e, embora haja lixeiras de separação para material reciclado (ver Fotografia 15), o destino dos resíduos é o serviço de limpeza urbana comum, ou seja, os caminhões de lixo recolhem e encaminham ao aterro sanitário do município.

Fotografia 15: Lixeiras para recicláveis



Fonte: PMC (2016).

Isso se deve ao fato de que o município não se encontra devidamente preparado para a adoção de medidas sustentáveis, e as pequenas ações adotadas não são capazes de incentivar e receber a colaboração da população.

Apesar disso, os parques São Francisco e Severino Montenegro foram efetivos na recuperação de áreas degradadas.

[...] elas eram áreas que estavam tendo outras funções. A intenção era restaurar as áreas antes marginalizadas, o Parque São Francisco, por exemplo, a intenção foi oferecer uma área pra população, que antes não tinha (fala de RI).

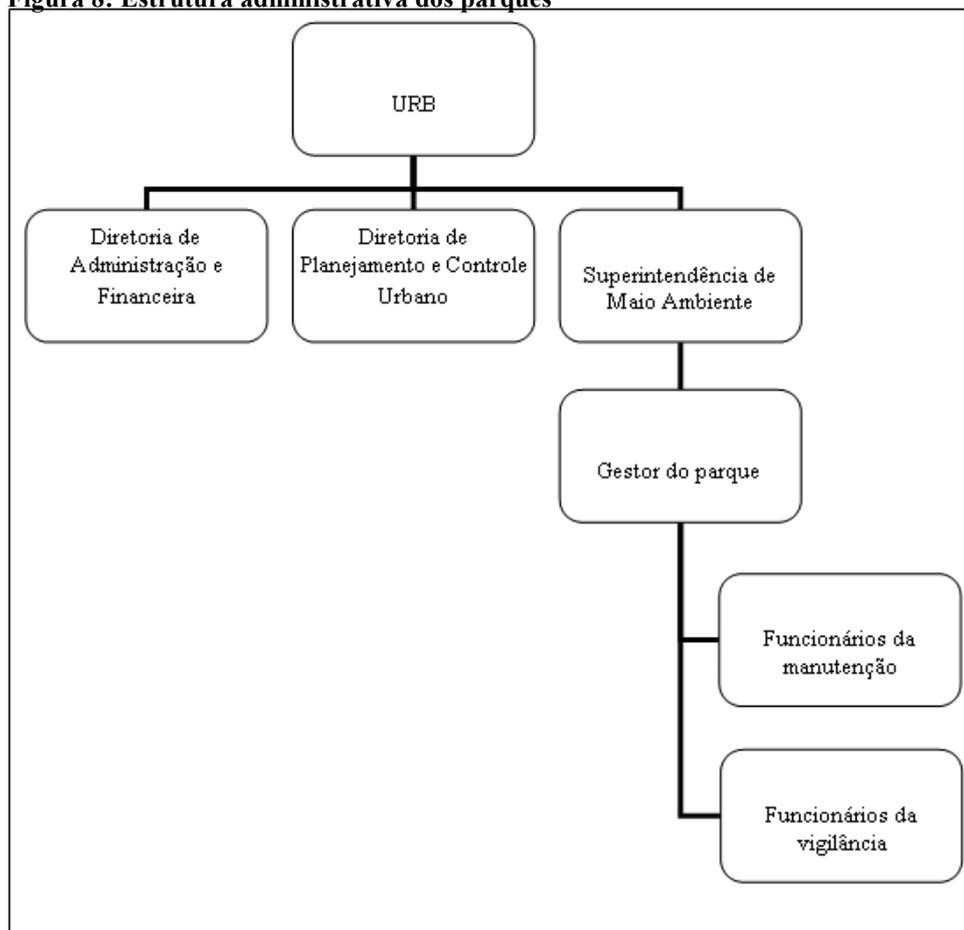
[...] o parque foi criado para servir a população, antes era uma mata agora é um parque, antes da sua criação houve pesquisa com possíveis usuários e reunião com moradores, o parque serviu também para abrir novas ruas e calçar as já existentes localizadas em seu entorno (fala de RIII, PSF).

Reforçando que os espaços livres — públicos e privados — devem ser (re)desenhados para atender demandas emergentes, um exemplo dessas demandas seria a necessidade de espaços que amenizem as tensões inerentes à vida nas grandes aglomerações urbanas (OSEKI; PELLEGRINO, 2004, p. 519).

A estrutura administrativa dos parques se apresenta da seguinte forma (ver Figura 8):

[No nível hierárquico mais elevado está] o presidente da URB, depois a superintendência, em seguida um administrador para cada parque e os demais funcionários (fala de RII, PASM).

Figura 8: Estrutura administrativa dos parques



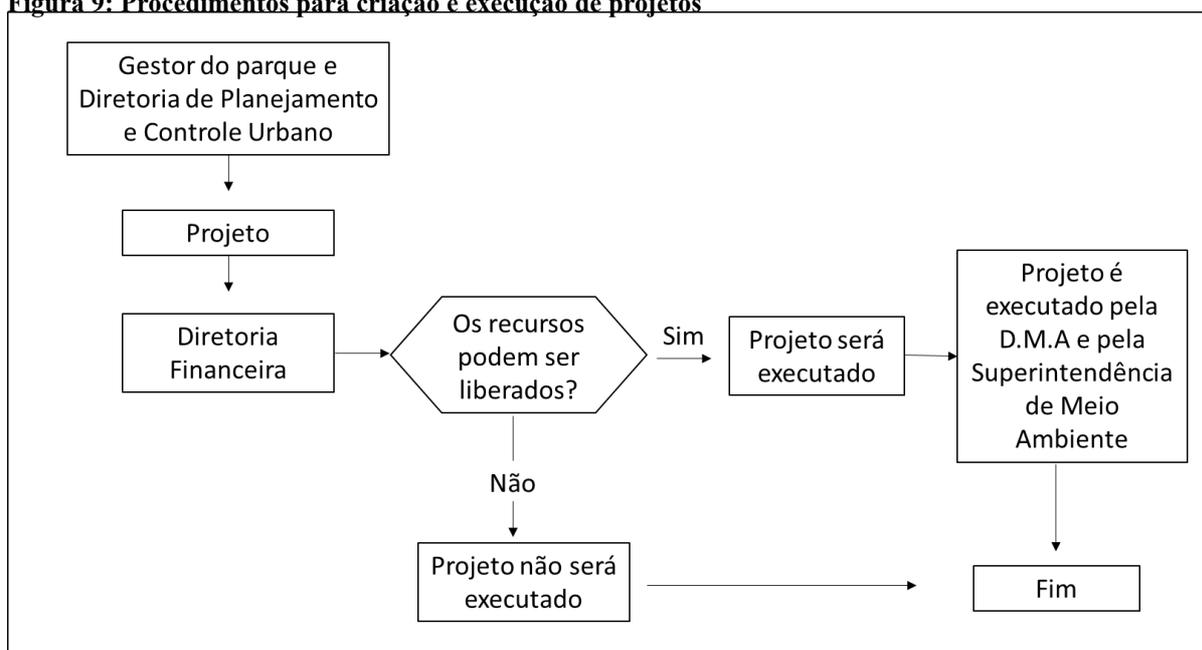
Legenda: URB: Empresa de Planejamento Urbano.
Fonte: A autora (2016).

Visando facilitar a identificação e solução de problemas na infraestrutura, cada parque conta com um administrador, responsável por fiscalizar a manutenção do mesmo.

Isso atesta que a identificação dos problemas e potencialidades de uma área permitirá que sejam classificadas as prioridades de investimento público com base na relevância de cada problema e nas demandas existentes (GATTI, 2013, p. 13).

Os administradores de cada parque, em conjunto com a Diretoria de Planejamento e Controle Urbano, elaboram os projetos a serem realizados, em seguida eles são repassados para a Diretoria Financeira, responsável por liberar os recursos necessários para que a Diretoria de Meio Ambiente e a Superintendência de Meio Ambiente (SMA), executem as obras de manutenção dos parques — preservação das unidades de conservação, execução de podas e implantação de arborização (ver Figura 9).

Figura 9: Procedimentos para criação e execução de projetos



Legenda: D.M.A.: Diretoria de Meio Ambiente.

Fonte: A autora (2016).

Sempre que necessário, são realizadas reuniões de monitoramento e manutenção de obras. Tais encontros contam com a presença do gerente de paisagismo, da Secretaria de Meio Ambiente, da Diretoria de Planejamento Urbano, com a Diretoria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Infraestrutura e Política Ambientais — com a presença eventual do Prefeito.

Confirma-se assim, que a administração dos parques requer uma variedade de ações. Portanto,

deve envolver diversas esferas capazes de satisfazer a correta execução de tais ações (SÁ CARNEIRO, 2010).

4.2.2 Análise das Considerações dos Usuários dos Parques

Apesar dos parques apresentarem algumas falhas em seus procedimentos administrativos, em especial no que diz respeito à manutenção, a instalação dos mesmos, nas respectivas áreas, trouxe significativas melhorias a eles.

A quantidade expressiva de parques no perímetro urbano visa à distribuição uniforme de espaços que ofereçam lazer democrático e amenizem as tensões urbanas causadas pela poluição e degradação ambiental.

O estabelecimento dos parques como zonas de recuperação — “áreas onde a vegetação natural e os solos foram intensamente danificados [...]” (HOSAKA, 2010, p. 280) — permitiu redesenhar os espaços e direcioná-los a atender as carências da população.

Apoiando-se nas entrevistas com usuários e em observações, é possível afirmar que dentre os incentivos à ocorrência de visitas estão a proximidade das áreas com a residência dos usuários e o contato com a natureza.

[...] venho pela natureza, é tranquilo (fala de U1, PASM).

[...] venho nesse pela proximidade da minha casa (fala de E3, PSF).

Os usuários identificaram como sendo papéis dos parques:

Oferecer lazer gratuito e melhorar o meio ambiente (fala de U3, PASM).

Promover o acesso a lazer, socialização, cuidado com a saúde, benefícios ambientais e contato com a natureza (fala de U6, PASM).

Diversão em família, para as crianças, valorizou o bairro, socializa as pessoas e melhorou o aspecto ambiental (fala de E1, PSF).

Contudo, a operação dos parques pode ser comprometida por certas deficiências em suas

estruturas — insegurança, falta de manutenção e insuficiência de equipamentos. As deficiências podem estar ligadas à carência de investimentos, à má distribuição de recursos financeiros para cada área, à ausência de planejamento eficiente e eficaz e às ações de vandalismo.

[...] é necessário melhorar a segurança e a iluminação (fala de U1, PASM).

[...] precisa melhorar a segurança e colocar mais equipamentos (fala de U5, PASM).

[...] o gramado tá mal cuidado, falta equipamento, falta água e não tem segurança (fala de E5, PSF).

[...] tem manutenção, mas a população não colabora para manter tudo organizado e conservado” (fala de U2, PASM).

Dessa forma, compete às prefeituras, às secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca por soluções que realizem transformações e adaptações necessárias nos espaços de lazer (PELLEGRIN, 1996).

Além das deficiências na estrutura pode-se observar a inexistência de atividades coletivas de lazer.

[...] eu, pelo menos, nunca vi a população usufruir de atividades organizadas pela Prefeitura” (fala de U3, PASM).

[...] deveria ter atividades coletivas regularmente” (fala de E3, PSF).

[...] seria bom se tivesse exercício para os idosos, aula pros jovens e atividades com as crianças” (fala de E6, PSF).

Logo, admite-se que o poder público deve dirigir iniciativas na busca pela satisfação das necessidades de lazer da população (MOTTA, 1999).

Quanto ao conceito de sustentabilidade, este é compreendido por todos os usuários, embora eles admitam a necessidade de serem orientados e incentivados a praticá-la de forma correta.

[...] tem umas lixeiras para lixo seco e molhado, mas acho que ninguém faz certinho, até eu me confundo” (fala de E1, PSF).

É evidente a importância de atividades educativas, como se comprova na Política Nacional de

Educação Ambiental, Lei n. 9795/99 que destaca a importância de desenvolver ações e práticas educativas voltadas à sensibilização e organização da coletividade sobre as questões ambientais e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (PELICIONI, 2004, p. 475).

Todavia, a administração dos parques não considera em seus projetos ações que estimulem à sustentabilidade ecológica, geralmente, são as escolas que praticam atitudes de incentivo durante passeios didáticos (ver Fotografia 16):

Eu nunca vi eles desenvolvendo atividades aqui, já vi escolas com crianças, mas nada direcionado a jovens e adultos pela prefeitura (fala de U5, PASM).

Eu nunca vi, algumas coisas remetem ao cuidado com o meio ambiente, mas é difícil as pessoas se conscientizarem sozinhas, deveria ter atividades e exposições com esses objetivos (fala de U6, PASM).

[...] seria interessante realizar atividades aqui voltadas a preservação e também melhorar a estrutura para isso (fala de E4, PSF).

Fotografia 16: Excursão didática no PASM



Legenda: PASM: Parque Ambientalista Severino Montenegro.
Fonte: PMC (2016).

Apesar das limitações apresentadas, o Parque Ambientalista Severino Montenegro (PASM) foi apontado pelos usuários como mais adequado no desempenho das funções atribuídas a ele, uma vez que sua dimensão física permite atividades culturais e coletivas — ele conta com jardim sensorial, lago com cascata, anfiteatro e orquidário, além de oferecer maior conforto

aos seus usuários.

Quanto ao Parque São Francisco (PSF), possui uma extensão menor e se encontra com mau cheiro, originário do rio Ipojuca, que muito incomoda os usuários.

[...] os outros eu não tenho certeza porque a estrutura é mais deficiente que aqui (fala de U3, PASM).

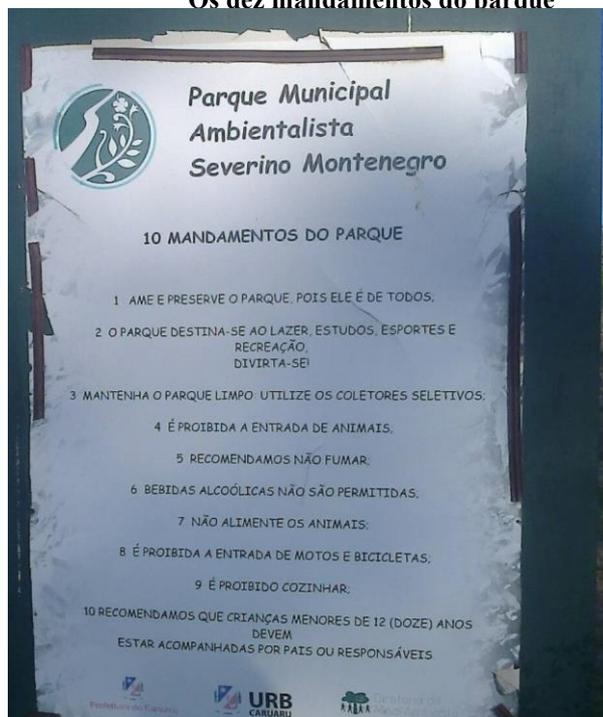
[...] o mal cheiro do rio durante o período de chuva incomoda e impede as visitas (fala de E2, PSF).

[...] o Severino Montenegro é melhor por estar mais longe do rio e ser mais arborizado (fala de E4, PSF).

Constatou-se, ainda, que a estrutura física do PASM apresenta uma placa com algumas recomendações sobre seu uso, identificada como “Os dez mandamentos do parque” (ver Fotografia 17); possui um mapa que identifica seu espaço (ver Figura 10); exige mais recursos para manutenção, em função de sua área ser maior; e, para contrabalançar, seu *playground* se apresenta em melhores condições.

Enquanto isso, no PSF se verificou a falta de placas com recomendações de uso; a ausência de um mapa do parque; e um número insuficiente de bancos e equipamentos.

Fotografia 17: Recomendações sobre o parque —
“Os dez mandamentos do parque”



Fonte: A autora (2016).



4.3 CONSTATAÇÕES E RESULTADOS

Considerações a respeito da administração dos parques:

- A administração dos parques conta com o trabalho conjunto dos administradores de cada área, da Diretoria de Planejamento e Controle Urbano, a Diretoria Financeira, a Diretoria de Meio Ambiente e a Superintendência de Meio Ambiente (SMA).
- Para o monitoramento e a manutenção de obras, são realizadas reuniões que contam com a presença do gerente de paisagismo, da Secretaria de Meio Ambiente, da Diretoria de Planejamento Urbano, com a Diretoria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Infraestrutura e Política Ambientais.
- Os Parques Severino Montenegro e São Francisco tiveram em seus projetos a adoção de políticas de planejamento urbano, social e ecológico que objetivaram o lazer, a recuperação e proteção do meio ambiente natural.
- A concepção dos parques considerou as necessidades da população, entregando áreas verdes de lazer, aptas a proporcionar melhorias ambientais manifestadas pela redução da poluição do ar, aumento da umidade e diminuição da temperatura.
- Embora no interior dos parques existam itens que remetam à sustentabilidade — uso de material reciclado na estrutura e adoção de lixeiras para a coleta seletiva —, a Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC) não executa atividades educativas que incentivem à sustentabilidade ecológica.
- Os parques são capazes de alcançar um equilíbrio dimensional — social, econômico e ambiental —, pois permitem a convivência entre usuários, a execução de trabalho informal no entorno das áreas, além de melhorar a qualidade de vida por meio dos benefícios que a vegetação pode trazer.
- Problemas como insegurança, insuficiência de equipamentos, depredações e escassez

de água podem comprometer as funções desempenhadas pelos parques.

- A manutenção dos parques parece depender, principalmente, de recursos financeiros e de procedimentos administrativos eficazes, que sanem todas, ou boa parte, das carências dos equipamentos.

Perante tais constatações, pode-se observar que houve a confirmação dos padrões previstos no Capítulo III, a lembrar:

- *Aponta-se a existência de políticas públicas associadas à sustentabilidade ecológica;*
- *Confirma-se que a administração, associada à correta distribuição e utilização dos recursos financeiros destinados à manutenção e ao uso adequado dos equipamentos, determinam a boa qualidade das estruturas;*
- *Identifica-se a existência de políticas públicas voltadas ao lazer; e*
- *A administração dos parques compreende projetos de criação e manutenção das áreas que levam em consideração as necessidades da comunidade.*

Vale salientar que, embora haja políticas direcionadas à sustentabilidade ecológica, estas não conseguem ser plenamente eficazes, visto que os parques não adotam medidas para tanto — descaso com os resíduos produzidos e ausência de atividades provocam atitudes insustentáveis.

CAPÍTULO V

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de estudo do TCC foi expresso em uma pergunta: “Como as ações direcionadas ao lazer e à sustentabilidade têm sido realizadas pela administração dos parques e assimiladas por seus usuários?”.

Para responder à pergunta, delimitou-se como objeto de estudo os Parques Ambientalista Severino Montenegro (PASM) e São Francisco (PSF), situados na área urbana do município de Caruaru (PE).

Em função do problema e dos campos delimitados, surgiu o objetivo geral do estudo: “Revelar como as ações direcionadas à eficaz oferta de lazer e à fomentação da sustentabilidade ecológica têm sido executadas pela administração dos Parques Severino Montenegro e São Francisco e recebidas por seus usuários”.

Adotando os Parques Ambientalista Severino Montenegro (PASM) e São Francisco (PSF), como espaço referencial de pesquisa, o objetivo geral, foi abordado por meio de um conjunto sequencial de objetivos específicos: descrever, ordenadamente, com base nos relatos dos administradores, os procedimentos administrativos direcionados à oferta de lazer e promoção de sustentabilidade; definir, com base nos relatos de usuários, se os parques são capazes de oferecer lazer adequado e simultaneamente fomentarem a sustentabilidade; e com base nos objetivos específicos I e II, apresentar proposta(s) que contribua(m) para o adequado funcionamento dos parques.

Por sua vez, a sequência de objetivos específicos serviu como resposta ao problema de pesquisa. Conforme se alcançava cada um deles, ia-se identificando as ações administrativas direcionadas ao lazer e à sustentabilidades ecológica neles.

Descrever, ordenadamente, com base nos relatos dos administradores, os procedimentos administrativos direcionados à oferta de lazer e promoção de sustentabilidade ecológica.

Inicialmente, a administração dos parques de Caruaru (PE) era responsabilidade da Secretária de Infraestrutura e Políticas Ambientais, em conjunto, com a Diretoria de Meio Ambiente. Esta é composta por uma equipe de paisagistas, arquitetos e urbanistas.

Hoje, a estrutura administrativa dos parques do Município compreende o presidente do órgão URB — empresa de planejamento urbano — e seus departamentos: Diretoria de Administração Financeira; a Diretoria de Planejamento e Controle Urbano; e a Superintendência de Meio Ambiente (SMA). Subordinados à SMA estão os administradores de cada parque. E, por sua vez, subordinados a estes, os funcionários responsáveis pela manutenção e vigilância interna.

A URB é responsável pela(s) vistorias em parques e praças, elaboração e aprovação de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, além da fiscalização e licenciamento ambiental.

As ações da Diretoria de Administração Financeira envolvem a administração de recursos, compras e a tesouraria. A Diretoria de Planejamento e Controle Urbano é voltada à elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, à revisão do Plano Diretor e às ações ligadas ao orçamento. A SMA promove a manutenção e a ampliação de áreas verdes, a preservação de unidades de conservação, a manutenção dos parques municipais, a preservação e a manutenção de podas, etc.

Embora cada parque possua um administrador, com frequência, funcionários responsáveis pela fiscalização das obras de manutenção se apresentam nos parques como representantes diretos da administração, ou seja, assistentes administrativos, visto que, os administradores não exercem suas atividades dentro dos parques, mas sim na sede da URB. Desse modo, a distância operacional entre o administrador e o parque é um importante fator que impede a identificação de problemas.

A exceção apresentada é o PASM, onde a sede de sua administração se encontra na SMA, anexa à área.

Enfatiza-se, ainda, que a Diretoria de Meio Ambiente também está locada junto ao parque. Isso possivelmente contribui para a identificação e imediata correção de problemas e irregularidades ligadas à manutenção do mesmo.

Somente quando identificada alguma necessidade nos espaços, o administrador do parque e a Diretoria de Planejamento e Controle Urbano elaboram um projeto a ser encaminhado à Diretoria Financeira. E cabe a esta determinar se o município possui os recursos financeiros necessários a execução do projeto — note-se que os recursos financeiros são de origem municipal e, em raros casos, são doações de empresas locais.

Caso estejam disponíveis os recursos, o projeto é encaminhado para à Diretoria de Meio Ambiente e à SMA para ser executado. Por outro lado, se o Município não possui tais recursos, o projeto é arquivado, dando fim, temporariamente, aos procedimentos.

Observa-se que, além do capital financeiro destinado à execução de obras nos parques ser limitado, a execução de projetos que solucionem os problemas nas áreas pode ser comprometida pela falta de conhecimento ou desinteresse dos agentes responsáveis em elaborar e operar em prática as soluções. Outro impedimento é a distância de relações entre os agentes — administradores, paisagistas, arquitetos, ambientalistas e, até mesmo, a população —, que compromete a troca de dados e informações sobre as carências de cada área.

Para a realização de monitoramento e manutenção de obras, sempre que necessário são realizadas reuniões que contam com a presença do gerente de paisagismo, da Secretaria de Meio Ambiente, da Diretoria de Planejamento Urbano, com a Diretoria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Infraestrutura e Políticas Ambientais — e, eventualmente, do Prefeito.

Embora tenha sido relatado que a projeção dos parques levou em consideração a opinião e participação dos potenciais usuários enfatizando suas necessidades, constatou-se, posteriormente, que os usuários identificam inúmeras deficiências quanto aos serviços oferecidos a eles.

Há certa dificuldade em encontrar o administrador do parque, por exemplo. Reitera-se que seu local — lotação — é a URB, no entanto, quando este é procurado nela, recebe-se a informação de que o mesmo encontra-se no parque. Tais desencontros bloqueiam a participação das pessoas na geração de sugestões e críticas a respeito de cada área e as impedem de nutrir senso de responsabilidade pelos espaços. Dispensar a participação social acarreta lentidão na identificação de problemas.

Mostra-se, por conseguinte, que, seja por desconhecimento — o conhecimento limitado da população sobre projetos impede que mesma tenha um envolvimento mais pleno sobre as ações, por exemplo —, ou por uso inadequado dos equipamentos, as carências das estruturas somente começaram a surgir conforme o uso do parque.

É fato que a participação da comunidade envolveu basicamente atividades direcionadas ao paisagismo e arranjo físico do local, como foi o caso do PSF, que contou com a participação de moradores do bairro — São Francisco — na construção da calçada, na sua parte externa.

Mesmo que políticas ligadas ao lazer e à sustentabilidade ecológica tenham direcionado os projetos dos parques, reconheceu-se a ausência de atividades de lazer dirigidas à população, assim como atividades que estimulem a preservação do meio ambiente e o senso de responsabilidade pelos espaços públicos — parques e praças, por exemplo.

A Prefeitura disponibilizou tais atividades no PASM, apenas nos dois primeiros anos a partir da data de sua inauguração. Quanto ao PSF, este conta apenas com a “geladeira do conhecimento” — nenhuma outra atividade é promovida nele.

A própria administração do parque é desatenta ao destino dos resíduos produzidos internamente no mesmo. Apesar da presença de lixeiras para coleta seletiva, os resíduos são recolhidos pelo caminhão de lixo comum. Isso porque, no Município, planos que instiguem a coleta seletiva são inexistentes — esta é realizada por catadores avulsos à Prefeitura.

Mesmo que a presença de áreas verdes na urbe urbana do Município seja considerada importante, a Prefeitura é omissa em adotar medidas que promovam atividades educativas

capazes de incentivar os cuidados com os parques e com o meio ambiente natural.

Isso se comprova pela ausência de placas, regulamentos e educadores designados a contribuir com a formação de senso de sustentabilidade ecológica e, assim, gradativamente, estimular os usuários à prática de novos hábitos ligados à manutenção do meio ambiente de forma consciente. Apesar de os parques serem efetivos na recuperação das áreas, os espaços em seus entornos ainda sofrem com o crescente acúmulo de resíduos.

Não obstante a tais falhas, os parques são espaços que permitem o lazer em contato com a natureza, aliviando, assim, as tensões próprias do meio urbano. Além disso, eles oferecem oportunidades de emprego informal, valorizam as áreas em seu entorno e contribuem para aumentar o bem-estar ambiental. Todavia, é evidente que diante das falhas apresentadas o equilíbrio entre as dimensões socioculturais, econômicas e ambientais está longe de ser plenamente consolidado.

Definir, com base nos relatos de usuários, se os parques são capazes de oferecer lazer adequado e simultaneamente fomentarem a sustentabilidade ecológica.

Os usuários costumam ir aos parques para a prática de atividades como caminhada, lazer contemplativo, reuniões de famílias e amigos, ou simplesmente descanso.

No entanto, há certas discrepâncias entre as estruturas. O PASM conta com um moderno *playground* para as crianças, mas equipamentos de ginástica e esporte para adultos são inexistentes. O PSF, por sua vez, apresenta *playground* e equipamentos de ginástica ultrapassados.

Em termos de acessibilidade, o PASM é o único que apresenta condições que expressam a preocupação — contando com jardim sensorial e boa arborização — e o conforto sentido pelos usuários se mostra mais intenso o do PSF.

Embora se encontrem diferenças, os parques possuem aspectos em comum: os mesmos foram criados em caráter emergencial para suprir a carência da população em possuir áreas de lazer

que promovessem bem-estar ambiental. Além disso, as estruturas físicas possuem falhas genéricas.

As deficiências presentes nas estruturas físicas estão ligadas à insegurança, à iluminação insuficiente e ao número reduzido de mobiliário nos locais internos — bancos, placas de sinalização, equipamentos de ginástica e de esporte, brinquedos infantis, etc. Ademais, foi percebida a inexistência de atividades de lazer promovidas pela Prefeitura e de espaços destinados à prática de esporte, como quadras.

A escassez de investimentos — seja de capital financeiro, seja de conhecimento técnico — é responsável pela maior parcela das carências existentes nas estruturas. Isto, por sua vez, compromete a boa qualidade do lazer oferecido nos parques. No entanto, mesmo com as falhas na estrutura, os usuários são estimulados a visitar os parques pelo ambiente tranquilo e natural que eles apresentam.

Tornou-se evidente que os usuários e a comunidade vizinha não recebem os estímulos necessários para adotar ações de respeito e preservação das áreas em questão, que, sucessivamente, sofrem com os impactos ocasionados por atos de vandalismo, depredações, uso inadequado dos equipamentos e banheiros, e lançamento de resíduos fora das lixeiras. A fauna local também não é respeitada, pois os animais são frequentemente incomodados por crianças e/ou usuários adultos.

A falta de participação social nos projetos de criação e manutenção dos parques pode ser a causa da significativa parcela de problemas encontrados neles. A população não se encontra plenamente envolvida com as medidas adotadas pela administração dos parques e, para remediar as dificuldades de cada área, seria coerente que os usuários, sentindo-se responsáveis, incentivassem uns aos outros a cuidarem dos espaços.

Com base nos objetivos específicos I e II, apresentar proposta(s) que contribua(m) para o adequado funcionamento dos parques.

Propõe-se à Prefeitura tomar providências afetas aos seguintes assuntos:

- É necessário se prever uma revisão na formulação e execução das políticas de lazer ligada à criação de novos parques e à efetiva manutenção dos já existentes.
- A quantidade de parques na área urbana é fator a ser analisado, pois, como se percebe, ela não vem sendo acompanhada pela boa qualidade de suas estruturas. Distribuir igualmente os espaços é coerente, à medida que se tem investimento para mantê-los em bom estado — caso contrário, o ideal é investir nos existentes, ao invés de instalar novos.
- As políticas de lazer precisam considerar a concepção de atividades envolvendo suas diversas classificações: esportivas, culturais, artísticas, intelectuais, associativas e manuais.
- Associadas às políticas de lazer, devem estar as políticas ambientais, para que instiguem a formação de uma consciência ambiental. Em conjunto, tais políticas podem levar ao desenvolvimento de atividades de lazer que considerem o contato com a natureza, disseminando informações sobre a importância de preservar e conservar os recursos naturais.
- A realização de parcerias, tanto com a Diretoria de Meio Ambiente quanto com o setor privado, visando à promoção de ações que incentivem o cuidado com a natureza.
- O estudo dos recursos destinados à criação e à manutenção dos parques precisa ser continuamente analisado e revisado, evitando, assim, o mau emprego deles.
- A administração precisa realizar o planejamento das necessidades básicas de cada parque, para que as mesmas possam ser supridas, especialmente em face dos investimentos limitados.
- Sobre a administração dos parques, é fundamental a execução de pesquisas periódicas em busca da identificação de problemas e suas possíveis soluções, introduzindo os

usuários nos procedimentos administrativos e aceitando suas sugestões.

- Envolvendo a população em seus projetos, a administração permitirá que esta se sinta mais responsável pelo espaço público, acarretando uma significativa diminuição de depredações, que, por sua vez, possibilitará redirecionar os investimentos em reparações para implantação de mais equipamentos e, até mesmo, para criação de novos espaços.
- Para evitar depredações e vandalismos, é preciso considerar a criação de mecanismos capazes de incentivar o uso adequado dos equipamentos. Os mecanismos podem ser expressos na distribuição de placas indicativas que lembrem às pessoas de cuidarem do parque e também do meio ambiente; além da criação de um regulamento interno que sirva para orientar e organizar seu uso. E tudo deve ser exposto em um lugar visível e de forma a conquistar a atenção para si.
- Distribuir-se orientações impressas na entrada dos parques, as quais indiquem os serviços disponíveis, o local dos equipamentos e as áreas de atividades, por exemplo.
- Melhorar o sistema de segurança com ações simples, a exemplo da presença de policiamento no entorno e na área interna aos parques, via maior aproximação da administração dos parques com a Secretaria de Defesa Social.

Em suma, com base nos conhecimentos gerados através do TCC, pode-se adiantar uma série de contribuições para a PMC, como, por exemplo, recomendar revisões constantes na formulação e execução das políticas de lazer ligadas à criação de novos parques e à efetiva manutenção dos existentes, além de indicar o planejamento, execução e controle das ações direcionadas à sustentabilidade ecológica, elaborando e implementando projetos que convoquem a população a formação de um senso atrelado à proteção, conservação e recuperação de espaços naturais dentro e fora da cidade.

O conjunto de abordagens acima apresentado, se bem aplicado, permitirá que os parques assimilem melhorias significativas em suas estruturas e, conseqüentemente, melhorem as

experiências vividas por seus usuários durante as visitas.

Problema de Pesquisa

Reiterando-se que o problema de pesquisa foi convertido numa pergunta — *Como as ações direcionadas ao lazer e à sustentabilidade têm sido realizadas pela administração dos parques e assimiladas por seus usuários?* A partir desta, obtiveram-se as seguintes respostas, à guisa de soluções:

Através dos Parques Severino Montenegro e São Francisco, a Prefeitura do Município de Caruaru (PE) contribuiu para a restauração de áreas degradadas pela ação humana, definidas antes como “vazios urbanos”. Atualmente, elas oferecem espaços para convivências, interações entre a população e a natureza, práticas de lazer gratuito, onde se pratica o lazer ativo e contemplativo, além de contribuir com melhorias ambientais e redução dos impactos negativos provocados pelas várias formas de poluição. Eles também foram capazes de aumentar a valorização imobiliária em seu entorno, melhorar a paisagem e incentivar a população a mudar seus hábitos em busca de uma vida mais saudável — com a prática de atividades físicas, por exemplo.

É com base em documentos oficiais — Plano Diretor e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), por exemplo — que a PMC executa as ações voltadas ao lazer e a sustentabilidade ecológica. Tais ações são realizadas da seguinte forma conforme a LDO (2016/17) do Município:

- Ampliando a infraestrutura para a prática de esportes.
- Executando programas de apoio às atividades esportivas em todas as modalidades.
- Promovendo e apoiando as atividades de lazer para a população de todas as idades.
- Implantando equipamentos urbanos, praças, parques e jardins para desporto e lazer da população urbana.

- Adotando melhorias na mobilidade urbana com a implantação e manutenção de ciclovias/ciclofaixas.
- Desenvolvendo ações voltadas à preservação ambiental, por meio da adequação da infraestrutura e da conscientização da população para práticas sustentáveis, incluindo as áreas voltadas para as atividades turísticas.
- Realizando ações educativas voltadas para o meio ambiente, inclusive a conscientização dos alunos das escolas do município sobre a importância da preservação e conservação ambiental.
- Contratando novos estudos técnicos e elaborando projetos de preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.
- Promovendo ações integradas de revitalização da bacia hidrográfica do Rio Ipojuca em parceria com outros municípios.
- Executando programas, obras e instalações relacionadas com a preservação ambiental e tratamento de resíduos sólidos com aproveitamento energético e coletas seletivas.
- Ampliando do sistema de arborização da cidade, incluindo o reflorestamento de áreas devastadas do Município.
- Desenvolvendo ações, estudos e projetos para diminuir a poluição do ar no centro da cidade.

A população caruaruense, por meio das referidas ações, obteve espaços para a prática de lazer gratuito, onde se admite um contato direto com a natureza. Ela desfruta, hoje, do ambiente natural no qual os parques se inserem, permitindo aliviar as tensões que a vida urbana provoca. Além disso, observa-se um estímulo à prática de trabalho informal nas imediações dos parques, isto é, um benefício econômico indireto.

Embora, de modo amplo, os objetivos tenham sido atendidos, o estudo chegou à conclusão de que as políticas para a criação dos espaços apresentaram falhas significativas ao alcance de aspectos básicos — lazer e sustentabilidade.

As limitações presentes na estrutura dos parques urbanos em estudo mostram grandes desafios

a serem superados pela administração, dentre os quais se encontram insuficiência de equipamentos, insegurança patrimonial e pessoal, escassez de água para manutenção da vegetação, ausência de atividades de lazer promovido pelo poder público municipal e de atividades que estimulem a sustentabilidade ecológica.

Apesar do interesse em adotar políticas públicas que norteiem os projetos à criação e à manutenção de áreas verdes — como parques e praças —, as deficiências dos espaços só surgiram conforme a população foi estabelecendo seu uso.

A correção das deficiências depende, portanto, da identificação dos problemas e necessidades, por meio de avaliações realizadas pelos administradores de cada parque.

Quando identificada alguma necessidade, o administrador do parque e a Diretoria de Planejamento e Controle Urbano elaboram um projeto a ser encaminhado à Diretoria Financeira, que determinará se o município possui os recursos financeiros necessários a execução do projeto.

Caso haja recursos disponíveis, o projeto é encaminhado para a Diretoria de Meio Ambiente e a SMA, a fim de ser executado. Por outro lado, se o município não possui tais recursos, o projeto é arquivado, dando termo temporariamente aos procedimentos — quando os investimentos podem ser liberados, o projeto volta a tramitar. Em muitos casos a Prefeitura solicita apoio de empresas privadas, como no caso do PASM, que recebeu equipamentos advindos de doações de empresas de Caruaru.

Para a formulação de ações administrativas que sanem ou reduzam as carências ligadas à manutenção dos espaços, são convocadas reuniões que contam com a presença do administrador de paisagismo, da SMA, da Diretoria de Planejamento Urbano, da Diretoria de Meio Ambiente e da Secretaria de Infraestrutura e Políticas Ambientais.

As ações administrativas direcionadas à identificação de problemas e irregularidades são dificultadas pela ausência de cooperação entre o poder público — a Prefeitura —, seus agentes e a comunidade. Esta, por se manter frequentemente em contato com as áreas,

percebe, de forma mais natural, as necessidades de cada espaço. Entretanto, não possui acesso direto aos administradores dos parques, tornando difícil a geração de sugestões.

Reitera-se que a produtiva elaboração e execução de projetos para criação e manutenção de parques urbanos dependerá de ações que distribuam recursos acertadamente, organizem forças e monitorem resultados — melhorias nas estruturas físicas, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho**. Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500. set. 2007.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista: **Visões**, 4. ed. 2008. Disponível em: <<http://www.fsma.edu.br/visoes/principal.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (Coord.). **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília (DF): Ministério do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2000.
- BONONI, V. L. R. Controle ambiental de áreas verdes. *In*: **Curso de gestão ambiental**. PHILIPP Jr.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Barueri: Manole, 2004.
- BOVO M. C.; CONRADO D. **O parque urbano no contexto da organização do espaço do espaço da cidade de Campo Mourão (PR)**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 34, v. 1, jan./jul. 2012.
- BRASIL. **Código civil**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/Con1988br.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2004.
- BRASIL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/documents/10180/12308/PNRS_Revisao_Decreto_280812.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense. 1986.

CANEPA, C. **Cidades sustentáveis**: o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CMMAD — Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Diagnóstico do município de Caruaru**. Recife: CPRM, 2005. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/rehi.pernambuco/relatorios.CARU043.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

CUTOLO, S. A.; MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI Jr, A. Potencial turístico e saneamento ambiental em unidades de conservação. *In*: **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. PHILIPPI Jr., A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Orgs.). Barueri: Manole, 2010.

CRUZ, M. L. M. da. Políticas Públicas de Lazer. Revista: **Linhas**, Santa Catarina: UDESC, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/search/search>>. Acesso em: 31 out. 2016.

DE PAULA, L. T. **Fenomenologia dos espaços públicos**: entre as certezas e inseguranças da experiência urbana. São Paulo: Universidade Federal de Campinas. [Dissertação Mestrado], 2016.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DULLEY, R. D. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. Agric. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESCADA, M. I. S. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletor**. 1992. [Dissertação Mestrado]. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos, 1992.

FERREIRA, A. D. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos**: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro. 2005. [Dissertação Mestrado]. Universidade Federal Fluminense, 2005.

FRANCISCO, S. O tempo livre, o ócio e a animação. Revista: **Práticas de Animação**. a. 2, n. 1. out. 2008. Disponível em: <<http://revistapraticasdeanimacao.googlepages.com>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. [Apostila].

GATTI, S. **Espaços públicos**. Diagnóstico e metodologia de projeto. Coordenação do programa soluções para cidades. São Paulo, ABCP. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOSAKA, A. M. S. Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituais. *In: Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. PHILIPPI Jr., A.; RUSCHMANN, D. V. de M. (Orgs.). Barueri: Manole, 2010.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades/Pernambuco**. Disponível

em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

KUSCHNIR, K. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian [Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica], 1993.

LIMA, A. M. L. P. *et alii*. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. *In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana*, 1994. São Luiz/MA. *Anais*. São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994.

LOBODA C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: Conceitos, usos e funções. **Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**. v. 1, n. 1, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revista/ambiencia/v1n1/artigo.com>>. Acesso em 17 jul. 2016

LOHMANN, G.; NETTO, A. P. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

MANTOVANI, M. (Org.). **Parques urbanos e meio ambiente: desafios de uso**. São Paulo: Parque Cientec/USP; PEFI, 2006.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/91.

MARCELLINO, N. C. **Lazer: informação e atuação profissional**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

_____. (Org.). **Lazer e cultura: algumas aproximações**. Campinas: Alínea, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

MELAZO, G. C.; COLESANTI, M. T. M. Parques urbanos: importantes “espaços verdes” na dinâmica ambiental das cidades. *In: II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI”*. Universidade Federal de Uberlândia, nov. 2003.

MELLO, V. A.; GONÇALVES, C. A. **Lazer e urbanização no Brasil**: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Revista Movimento*. Porto Alegre. v. 15, n. 3. 2009.

MELO, V. A. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MELO, M. I. O.; NÓBREGA, L. S. S. da; DIAS, K. Paisagem urbana: parque, lazer e turismo. *In: VIII Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul, nov. 2012.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

MOTTA, S. **Urbanização e meio ambiente**. São Paulo: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, 1999.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

OSEKI, J. H.; PELLEGRINO, P. R. M. Paisagem, sociedade e ambiente. *In: Curso de gestão ambiental*. PHILIPPI Jr.; ROMÉRO; M. DE A.; BRUNA; G. C. Barueri: Manole, 2004.

PHILLIPPI Jr; BRUNA, G. C. Política e gestão ambiental. *In: Curso de gestão ambiental.* PHILLIPPI Jr; ROMÉRO, M. A., BRUNA, G. C. São Paulo: Manole, 2004.

PHILIPPI Jr.; A.; MAGLIO, I. C. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. *In: Educação ambiental e sustentabilidade.* PHILIPPI Jr., A.; PELICIONI, M. C. F. Barueri: Manole, 2005.

PELLEGRIN, A. de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. *In: Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras.* MARCELLINO, N. C. Campinas: Autores Associados, 1996.

PELICIONI, M. C. F. Fundamentos da educação ambiental. *In: Curso de gestão ambiental.* PHILIPPI Jr; ROMÉRO, M. A., BRUNA, G. C. São Paulo: Manole, 2004.

PEREIRA, M. M. D. C. **Praças públicas sustentáveis** — Caso de renovação das praças. Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

PMC – Prefeitura Municipal de Caruaru. **Pontos turísticos de Caruaru.** Disponível em: <<http://www.caruaru.pe.gov.br/pontos-turisticos>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

RIBEIRO H. Estudo do impacto ambiental como instrumento de planejamento. *In: Curso de gestão ambiental.* PHILIPPI Jr; ROMÉRO, M. A., BRUNA, G. C. São Paulo: Manole, 2004.

SÁ CARNEIRO, A. R. **Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI** — desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel — Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTINI, R de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação** — questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo: Angelotti, 2003.

SEBBEN, T. F. **A formação do super-homem nietzscheano através da educação pelo e para o ócio**. Consciência Org. Curitiba. 2007. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/monografia/SEBBEN.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2016.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECOVI – SP. **Indústria imobiliária e a qualidade ambiental**: subsídios para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Pini, 2000.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEIFFERT, MARI E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In: Métodos de pesquisa*. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura. [Sociologias]. Porto Alegre, a. 8, n. 16 dez. 2016. p. 20-45.

VEIGA, J. E. da. **Como monitorar o desenvolvimento sustentável?** A resposta da Comissão Stiglitz Sen-Fitoussi (CMEPSP). São Paulo, 14 jun. 2009.

_____. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos**: estudo de caso na Bacia da Pampulha — Belo Horizonte (MG). [Dissertação Mestrado]. Universidade Federal de Viçosa, 2007.

TOLEDO, F. dos S.; SANTOS, D. G. dos. Espaço livre de construção: um passeio pelos parques urbanos. Revista: **Revsbau**, Piracicaba (SP). v. 7, n. 2, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WERNECK, C. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A — Questionário para coleta de evidências: Responsável I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

Prezada(o),

O presente questionário tem como objetivo coletar dados e informações dos sujeitos que se dispuseram a participar da realização das entrevistas, além de expor as questões que fazem parte dos instrumentos de estudo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade — Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE).

De modo que, solicito a sua colaboração para responder as questões que se seguem.

Hozana Conceição Galdino

DADOS E INFORMAÇÕES BÁSICOS

Sujeito: _____ Data de realização: ___/___/____ Parque: _____

Nome: _____

Gênero: F () M () Idade: _____ anos

Formação: _____ Conclusão: _____

Especialização: _____ Ano de conclusão: _____

Função: _____

E-mail: _____

QUESTÕES PARA O ESTUDO

- O(A) sr.(a) poderia descrever as funções do(s) parque(s)?
- Como o(a) sr.(a) avalia a estrutura do(s) parque(s)?
- Os investimentos têm sido suficientes? (c 1) Por quê? (c 2)

- d) Como se apresenta a estrutura administrativa do(s) parque(s)?
- e) O projeto de criação dos parques teve inspiração em parque bem sucedido?
- f) A criação do(s) parque(s) levou em consideração a opinião dos potenciais usuários?
- g) Existem atividades voltadas à população? (g 1) Há parcerias para a oferta das atividades? (g 2)
- h) O(A) sr.(a) acredita que o(s) parque(s) alcança(m) equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e sociocultural?
- i) Para onde são encaminhados os resíduos do(s) parque(s)?
- j) Existem ações no(s) parque(s) que incentivem a formação de consciência ambiental?
- k) Os PSF e PASM foram mais efetivos em sustentabilidade por terem restaurado áreas degradadas?
- l) Se Caruaru contasse com o apoio do estado de Pernambuco e da União, a manutenção dos parques existentes e a criação de novos seria facilitada?
- m) O(A) sr.(a) pode descrever quais P.P. estão associadas à criação e administração dos parques?
- n) Existe(m) em Caruaru P.P. específica(s) direcionada(s) à incentivar a sustentabilidade na criação e manutenção dos parques?

ANEXO B — Questionário para coleta de evidências: Responsável II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

Prezada(o),

O presente questionário tem como objetivo coletar dados e informações dos sujeitos que se dispuseram a participar da realização das entrevistas, além de expor as questões que fazem parte dos instrumentos de estudo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade — Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE).

De modo que, solicito a sua colaboração para responder as questões que se seguem.

Hozana Conceição Galdino

DADOS E INFORMAÇÕES BÁSICOS

Sujeito: ____ Data de realização: __/__/____ Parque: _____

Nome: _____

Gênero: F () M () Idade: ____ anos

Formação: _____ Conclusão: _____

Especialização: _____ Ano de conclusão: _____

Função: _____

E-mail: _____

QUESTÕES PARA O ESTUDO

- O(A) sr.(a) poderia descrever as funções do(s) parque(s)?
- Como o(a) sr.(a) avalia a estrutura do(s) parque(s)?
- Os investimentos têm sido suficientes? (c 1) Por quê? (c 2)
- Como se apresenta a estrutura administrativa do(s) parque(s)?

- e) O projeto de criação dos parques teve inspiração em parque bem sucedido?
- f) A criação do(s) parque(s) levou em consideração a opinião dos potenciais usuários?
- g) Existem atividades voltadas à população? (g 1) Há parcerias para a oferta das atividades? (g 2)
- h) O(A) sr.(a) acredita que o(s) parque(s) alcança(m) equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e sociocultural?
- i) Para onde são encaminhados os resíduos do(s) parque(s)?
- j) Existem ações no(s) parque(s) que incentivem a formação de consciência ambiental?

ANEXO C — Questionário para coleta de evidências: Responsável III

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

Prezada(o),

O presente questionário tem como objetivo coletar dados e informações dos sujeitos que se dispuseram a participar da realização das entrevistas, além de expor as questões que fazem parte dos instrumentos de estudo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade — Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE).

De modo que, solicito a sua colaboração para responder as questões que se seguem.

Hozana Conceição Galdino

DADOS E INFORMAÇÕES BÁSICOS

Sujeito: ____ Data de realização: __/__/____ Parque: _____

Nome: _____

Gênero: F () M () Idade: ____ anos

Formação: _____ Conclusão: _____

Especialização: _____ Ano de conclusão: _____

Função: _____

E-mail: _____

QUESTÕES PARA O ESTUDO

- O(A) sr.(a) poderia descrever as funções do(s) parque(s)?
- Como o(a) sr.(a) avalia a estrutura do(s) parque(s)?
- Os investimentos têm sido suficientes? (c 1) Por quê? (c 2)
- Como se apresenta a estrutura administrativa do(s) parque(s)?

- e) O projeto de criação dos parques teve inspiração em parque bem sucedido?
- f) A criação do(s) parque(s) levou em consideração a opinião dos potenciais usuários?
- g) Existem atividades voltadas à população? (g 1) Há parcerias para a oferta das atividades? (g 2)
- h) O(A) sr.(a) acredita que o(s) parque(s) alcança(m) equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e sociocultural?
- i) Para onde são encaminhados os resíduos do(s) parque(s)?
- j) Existem ações no(s) parque(s) que incentivem a formação de consciência ambiental?

ANEXO D — Questionário para coleta de evidências: Usuários

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA
Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

Prezada(o),

O presente questionário tem como objetivo coletar dados e informações dos sujeitos que se dispuseram a participar da realização das entrevistas, além de expor as questões que fazem parte dos instrumentos de estudo para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade — Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE).

De modo que, solicito a sua colaboração para responder as questões que se seguem.

Hozana Conceição Galdino

DADOS E INFORMAÇÕES BÁSICOS

Sujeito: _____ Data de realização: ____/____/____ Parque: _____

Nome: _____

Gênero: F () M () Idade: _____ anos

Escolaridade: _____

Profissão: _____

E-mail: _____

QUESTÕES PARA O ESTUDO

- O(A) sr.(a) poderia descrever o papel do parque dentro da cidade?
- Como o(a) sr.(a) avalia a estrutura do parque?
- Os investimentos do poder público são importantes? (c 1) Por quê? (c 2)
- Os investimentos têm sido suficientes? (d 1) Por quê? (d 2)
- Existem atividades de lazer voltadas à população?
- Como o sr.(a) define lazer?

- g) Os parques são capazes de oferecer lazer?
- h) O(A) sr.(a) gosta de vir ao parque? (h 1) Por quê? (h 2)
- i) Como as áreas verdes podem beneficiar a cidade?
- j) Para o sr.(a) como o termo sustentabilidade pode ser definido?
- k) O parque é sustentável? (k 1) Por quê? (k 2)
- l) O(A) sr.(a) identifica alguma ação educativa que incentive o cuidado com o meio ambiente e com o parque?

ANEXO E — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas à RI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

RESPOSTAS COLETADAS

- a) Os parques cumprem algumas funções, devem cumprir algumas funções, uma função é a função social e educativa, a função social é de encontro, de descanso, de meditação, de lazer, é um espaço democrático, outra função é a ecológica, de arborização, o serviço que uma árvore presta é de troca de oxigênio, pegando gás carbônico e transformando em oxigênio. É uma área que pela quantidade de vegetação cumpri essa função, outra função é a econômica, em torno do parque você tem pessoas que trabalham vendendo pipoca e doces. Bom, tem várias funções, mas essas são destaque, as funções sociais, ecológica e estéticas.
- b) Apesar dos parques terem algumas limitações, as estruturas são boas, pois conseguem cumprir as funções. Tem as árvores que cumprem a função ecológica; proporcionam saúde com equipamentos de ginástica, tem a questão social.
- c) Os investimentos não são suficientes, tudo sempre foi feito com poucos recursos, muitos estudos que precisam ser feitos para ver como construir “aquele” tipo de equipamento não nos foi permitido, por exemplo. Houve muitas dificuldades, mas acho que mais importante depois de construído o parque é a gestão dele.
- d) Tem o coordenador, um gestor para cada parque e os demais funcionários do parque, a normalidade é essa. A parte das pessoas que cortam a grama, o paisagismo e a parte do coordenador, que vê a estrutura como um todo, quando é necessário algum reparo a própria estrutura do município entra com a engenharia.
- e) Na verdade a gente tem uma formação pra isso, a gente estudou, a didática que a gente fez, depois tem o conhecimento, de viajar pra outros locais e conhecer é muito importante. A gente tem estudos de caso, que estudos em outros locais, é um apanhado de conhecimento técnico e você tem experiência.
- f) Teve encontros com a população e participação, no São Francisco, por exemplo, a calçada foi feita com ajuda de moradores a partir de restos de construção, então foi feito um reuso desse material.
- g) Existem, no entanto, hoje não tem uma frequência de toda semana, sobre a ação social a gente faz alguma coisa lá dentro, a secretaria de educação faz também, não há parceria com a diretoria do Meio Ambiente especificamente, mas algumas associações pedem para fazer eventos, elas solicitam e a gente faz parceria com elas.
- h) Acredito que os parques alcançam um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e sociocultural, os parques cumprem a função social deles, dão qualidade de vida a população, o que você fazia antes? Nada. Hoje você vai nos parques, você vê que a população realmente vai, ela tem pista de cooper, pista de bicicleta, tem quadra, área de piquenique, playground. Você pode ler, conversar, levar as crianças, ele oferece trabalho para os vendedores do entorno.
- i) O lixo orgânico vai pro lixo comum, todos eles tem separação. Normalmente, a gente destina a uma associação. Todos os parques tem lixeiras de reciclados, mas falta consciência da população, falta a população participar mais.
- j) Já fizemos no Severino Montenegro exposições de orquídeas, onde tem alguém falando e traz orquídeas pra mostrar como elas vivem, como você tem que plantar. Então isso é conscientizar a população. O Rotary, por exemplo colocou a geladeira do conhecimento no PSF, a geladeira do conhecimento é aquela que não tem mais utilidade e passa a ser um local de livros que você pega emprestado.
- k) Elas eram áreas que estavam tendo outras funções. A intensão era restaurar as áreas antes marginalizadas, o parque São Francisco, por exemplo, a intensão foi oferecer uma área pra população, que antes não tinha

- l) União sempre é boa, para administrar o município é suficiente, não dá para os três administrarem, as verbas sim, poderiam ter a participação do estado e do governo federal.
- m) As políticas públicas presentes na criação e gestão dos parques visam suprir a cidade com equipamentos de lazer democrático, direcionando políticas de planejamento urbano, social e ecológico à cidade.
- n) A existência dessas políticas é comprovada por lixeiros que incentivam a coleta seletiva e a reciclagem, bem como a preocupação com a vegetação e oxigenação do espaço.

ANEXO F — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas à RII

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA) NÚCLEO DE GESTÃO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</p>	
<p>PESQUISA Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade — Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)</p>	
<p>RESPOSTAS COLETADAS</p>	
<p>a) Lazer, a preservação do meio ambiente, a convivência social, o esporte, exercícios e danças praticados por jovens e idosos; alguns usuários afirmam que frequentar o parque melhorou até a convivência familiar, <u>permitem convívio social, ar puro, atividades esportivas, ambiente de lazer ao ar livre e de graça.</u></p>	
<p>b) Boa, tem organização, mas falta maquinário de exercício, consciência do bom uso dos equipamentos pelas pessoas.</p>	
<p>c) Se tivesse maiores investimentos seria melhor, teria uma academia popular, as plantas seriam mais cuidadas, haveria uma segurança melhor, os investimentos não tem sido suficientes pois falta funcionários <u>para realizar a manutenção.</u></p>	
<p>d) Tem o presidente da URB, depois a superintendência, em seguida um gestor para cada parque e os demais funcionários.</p>	
<p>e) Houve visitas realizadas a Aracajú pelo Diretor do Meio Ambiente da época, que trouxeram inspiração a <u>criação do PASM.</u></p>	
<p>f) Antes da criação se realizou pesquisas com possíveis usuários para adquirir sugestões e opiniões a respeito <u>do projeto.</u></p>	
<p>g) Antes tinha arteducadores que faziam apresentações de marionetes e recreação, mas foram retirados, <u>atualmente tem atividades em grupos particulares, mas nenhuma atividade é organizada pela prefeitura.</u></p>	
<p>h) Alcança sim, melhorou o ambiental, há convivência social, pessoas vendem lanches lá fora e conseguem até um dinheirinho, a prefeitura permitiu a Apodec construir uma lanchonete para arrecadar verbas para a <u>Associação.</u></p>	
<p>i) A Locar — empresa responsável pelo recolhimento de resíduos — faz o recolhimento de tudo, não há uma <u>efetiva separação dos resíduos, são os catadores que vem por conta própria coletar material reciclado.</u></p>	
<p>j) Não tem, só as lixeiras, mas nenhuma campanha de conscientização com a população por parte da <u>prefeitura.</u></p>	

ANEXO G — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas à

RIII

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA
Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

RESPOSTAS COLETADAS

- a) O lazer para a família, melhorias ao meio ambiente, oferecer o melhor a comunidade, o bem-estar, emprego informal, permitir encontros e a realização de atividades escolares, áreas verdes oferecem ventilação, bem-estar, espaço de convivência e descanso.
- b) Boa, está atendendo as necessidades da população do bairro e de outros que vem aqui.
- c) O problema é só a crise de água que dificulta o manejo das plantas e da grama, mas os equipamentos estão bons.
- d) Para cada parque existe um gestor e os funcionários da manutenção.
- e) Acredito que o parque foi criado para servir a população, assim como todos os outros, antes era uma mata agora é um parque, antes da sua criação houve pesquisa com possíveis usuários e reunião com moradores, o parque serviu também para abrir novas ruas e calçar as já existentes localizadas em seu entorno.
- f) Antes da criação do parque houve reuniões com os moradores do bairro.
- g) Existem atividades para a terceira idade, mas é um professor que se mobilizou por conta própria, tem escolas que trazem seus alunos para realizar atividade, mas nada é ligado a prefeitura.
- h) O parque alcança equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, pois ele oferece bem estar por causa das árvores, oferece emprego informal para vendedores que ficam ao redor do parque e oferece espaço para a prática de atividades seja individuais ou coletivas.
- i) O destino dos resíduos do parque é o caminhão comum de lixo que passa para fazer o recolhimento.
- j) Nenhuma ação da prefeitura é feita no parque para incentivar o cuidado com o meio ambiente, essas ações são feitas normalmente por professores que trazem seus alunos pra cá.

ANEXO H — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas aos usuários do Parque Ambientalista Severino Montenegro (PASM)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA) NÚCLEO DE GESTÃO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO		
PESQUISA Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade — Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)		
RESPOSTAS COLETADAS		
U1	a) O principal é o lazer.	
	b) Boa, mas é necessário melhorar a segurança e a iluminação.	
	c) São, porque permite uma melhor qualidade de vida ao povo.	
	d) Não, porque não tem segurança e a iluminação é insuficiente.	
	e) Se tem, eu não sei, mas poderia ter mais equipamentos e exercícios em grupo e professor.	
	f) É descanso, algo bom.	
	g) Sim, quando eu venho eu tenho momentos de lazer.	
	h) Sim, venho pela natureza, é tranquilo.	
	i) Diminuí a poluição e torna o ambiente mais arejado.	
	j) É diminuir a poluição, o desmatamento e preservar a natureza.	
	k) Sim, porque tem as plantas que trazem o ar mais arejado e ajudam a diminuir a poluição do ar.	
	l) Acho que tem viu, tem as lixeiras coloridas, algumas partes usou pneu na decoração, isso faz a gente pensar em reaproveitar as coisas para evitar que tanta coisa vá pro lixo.	
U2	a) Há o lazer, mas acredito que não tem benéficos ambientais porque a população não consegue preservar o patrimônio e o ambiente sem incentivos do poder público.	
	b) Boa, tem manutenção, mas a população não colabora para manter tudo organizado e conservado.	
	c) Sim, pra melhorar a manutenção, adquirir equipamentos e melhorar a vegetação.	
	d) Não, porque as plantas não parecem estar bem cuidadas, tem umas que não estão mais verdes.	
	e) Não, eu já vi umas pessoas aqui que ficavam dando dicas de como cuidar do parque e também faziam umas atividades em grupo, mas foi só no ano da inauguração.	
	f) Seria descanso longe do trabalho.	
	g) Por enquanto eu vejo que ele só oferece o básico, falta muito para melhorar.	
	h) Sim, porque é tranquilo.	
	i) Traz mais sombra, ventilação, diminui o calor e a poluição.	
	j) Como toda ação que o objetivo de manter uma boa qualidade do ambiente.	
	k) Não acredito que seja, porque as pessoas não colaboram muito, tem gente que arranca as plantas e joga lixo no chão.	
	l) Assim, palestras, por exemplo, eu não vejo, mas tem as lixeiras para a coleta seletiva e tem a sementeira que dá mudinhas pra as pessoas plantarem.	
U3	a) Oferecer lazer gratuito e melhorar o meio ambiente.	
	b) Regular, a falta de segurança permite que aqui tenha assaltos constantemente.	
	c) Sim, eles permitem melhorar a estrutura dos parques.	
	d) Não, porque nesse parque tem pouca iluminação e falta segurança.	
	e) Não, eu, pelo menos, nunca vi a população usufruir de atividades organizadas pela Prefeitura.	
	f) É algo que você curti fazer depois do trabalho.	

U3	e) Esse sim, mas os outros eu não tenho certeza porque a estrutura é mais deficiente que aqui.
	h) Sim, eu me sinto bem ao ar livre em um ambiente como o parque.
	i) Apesar de ter pequena dimensão, elas diminuem a poluição, por isso seria bom ter mais árvores pela cidade.
	j) É conseguir conciliar o desenvolvimento econômico com medidas que preservem os recursos naturais.
U4	a) Proporcionar descanso, ambiente fresco, dá pra gente fazer um programa diferente e barato, também melhora o ambiente.
	b) Considero boa.
	c) Sim, são importantes para cuidar do verde, da população, e oferecer diversão para as crianças.
	d) Eu acho que sim, ele é limpo e a estrutura é boa.
	e) Nunca vi nenhuma sendo oferecida pela prefeitura.
	f) É fazer algo em um ambiente confortável pra descansar do dia-a-dia.
	g) Sim, porque são ambientes para descansar.
	h) Sim, venho me reunir com meus amigos e às vezes fazemos momentos religiosos e de reflexão.
	i) Melhoram o ambiente e dão mais ventilação.
	j) É usar conscientemente os recursos naturais para que eles não falem para as futuras gerações.
	k) Sim, porque hoje ele ocupa um espaço onde antes funcionava uma fábrica de asfalto que deve ter prejudicado muito o solo, que agora se restaura gradativamente.
l) Apesar de ter as lixeiras e uma placa com recomendações sobre o parque, seria bom que houvessem atividades que incentivassem as pessoas, pois constantemente você vê pessoas depredando o parque.	
U5	a) Eles trazem diversão, bem-estar, além de vir nas horas livres eu também venho trabalhar aqui, é bom para fazer fotos.
	b) Eu acho ótima, não gostei dos outros parques que visitei.
	c) Sim, para melhorar a estrutura do parque.
	d) Não, precisa melhorar a segurança e colocar mais equipamentos.
	e) Não sei, eu nunca vi.
	f) Eu considero descansar, passear, fazer algo que faz eu me sentir bem.
	g) Sim, pelo menos o básico oferece, o básico é um ambiente pra se reunir e descansar.
	h) Sim, porque além de descansar aqui, também trabalho.
	i) Melhoram a ventilação e permitem o contato com a natureza.
	j) É o cuidado e a preservação da natureza e de tudo que ela oferece.
	k) Sim, porque ele oferece árvores que melhoram o ambiente.
l) Eu nunca vi eles desenvolvendo atividades aqui, já vi escolas com crianças, mas nada direcionado a jovens e adultos pela Prefeitura.	
U6	a) Promove o acesso a lazer, socialização, cuidado com a saúde, benefícios ambientais e contato com a natureza.
	b) Poderia ser melhor se a manutenção fosse regular.
	c) Sim, pra melhorar a estrutura dos parques, que consequentemente atendem melhor as necessidades das pessoas.
	d) Não, precisa investir mais em segurança.
	e) Promovidas pela prefeitura não, só o público-privado em raras vezes.
	f) É um momento pra você curtir a família, se curtir e curtir o ambiente onde você está.
	g) Sim, ao menos há intensão, mas a falta de estrutura pode comprometer o ambiente agradável para isso.
	h) Sim, pelo ambiente, o contato da natureza, o poder público deve investir na qualidade de vida que essas áreas trazem.
	i) Com qualidade de vida, porque quanto mais áreas verdes melhor será a umidade do ar e os impactos da poluição diminuem.
	j) São todas ações voltadas à redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente.

U6	k) Sim, pois ele reduz os impactos da poluição do ar e proporcionam qualidade de vida para as pessoas. l) Eu nunca vi, algumas coisas remetem ao cuidado com o meio ambiente, mas é difícil as pessoas se conscientizarem sozinhas, deveria ter atividades e exposições com esses objetivos.
----	---

ANEXO I — Respostas coletadas a partir das questões apresentadas aos usuários do Parque São Francisco (PSF)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

RESPOSTAS COLETADAS

E1	<p>a) Diversão em família, para as crianças, valorizou o bairro, socializa as pessoas e melhorou o aspecto ambiental.</p> <p>b) É regular, precisa de um posto policial, de equipamentos e brinquedos.</p> <p>c) Sim, para oferecer um ambiente agradável e seguro.</p> <p>d) Não, precisa melhorar a segurança, pois não há policiamento e a iluminação é pouca.</p> <p>e) Não existe, eu acho que deveria ter professor de ginástica ou de dança.</p> <p>f) Pra mim é andar, dormir, sair com os amigos, enfim, descansar e sair da rotina.</p> <p>g) Sim, mesmo com algumas coisas precisando melhorar.</p> <p>h) Sim, porque me distraio e conheço novas pessoas.</p> <p>i) Eu acredito que é a diminuição o calor.</p> <p>j) É o cuidado com o meio ambiente.</p> <p>k) Acho que é, porque tem muitas plantas e elas diminuem o calor.</p> <p>l) Eu nunca vi nenhuma, tem umas lixeiras para lixo seco e molhado, mas acho que ninguém faz certinho, até eu me confundo.</p>
E2	<p>a) Ele oferece lazer e diversão.</p> <p>b) Eu acho boa, mas o mal cheiro do rio durante o período de chuva incomoda e impede as visitas.</p> <p>c) Sim, porque beneficia o parque e as pessoas.</p> <p>d) Não, falta água e os banheiros não são suficientes.</p> <p>e) Não, seria bom um professor de educação física.</p> <p>f) Jogar vídeo <i>game</i>, me distrair, não precisar trabalhar.</p> <p>g) Sim, ele permite encontros entre amigos e a família.</p> <p>h) Sim, eu venho nesse por causa da proximidade, mas o Severino Montenegro é melhor, porque é afastado do rio e também porque é maior.</p> <p>i) Oferece ar puro, beleza e ventilação.</p> <p>j) É não jogar lixo nos rios, cuidar das plantas e economizar água.</p> <p>k) Ele tenta, né? Tem as plantas que melhoram o ar, mas o mal cheiro do rio incomoda e as plantas estão mal cuidadas.</p> <p>l) Eu não sei, se tem é nos dias que não venho.</p>
E3	<p>a) Socialização, união entre as famílias, encontrar pessoas e contato com a natureza.</p> <p>b) Acho regular, falta lugar pra sentar, a grama está seca, os equipamentos não são suficientes, de tudo falta um pouco.</p> <p>c) Sim, porque dá pra investir mais em parques e melhorar o meio ambiente.</p> <p>d) Não, precisa investir mais na estrutura.</p> <p>e) Não, eu acho que é porque é perigoso, mas deveria ter atividades coletivas regularmente.</p> <p>f) Sair, passear, me distrair longe do meu trabalho.</p> <p>g) Sim, na medida do possível.</p>

E3	h) Sim, porque é perto, mas o Severino Montenegro é mais arborizado e tem apresentações às vezes.
	i) Traz paz, boa ventilação, sombra e um lugar agradável para ficar.
	j) É o cuidado que todos precisam ter com a natureza.
	k) De alguma forma sim, aqui antes era só um terreno abandonado e agora é um parque
E4	l) Acho que só tem a separação de lixo nas lixeiras mesmo.
	a) Ele traz benefícios econômicos, oferece lazer, mas não é sustentável, pois permite a população inalar ar contaminado vindo do rio poluído.
	b) Poderia ter uma estrutura melhor.
	c) Sim, porque a população paga seus impostos para ter qualidade de vida.
	d) Não, porque precisa sanar as necessidades da estrutura.
	e) Não vejo nenhuma, até porque atividade física aqui é perigosa por conta do ar poluído e da insegurança.
	f) É a capacidade plena de se desvincular da rotina diária.
	g) Não, a estrutura precisa propiciar condições adequadas para isso.
	h) Sim, venho nesse pela proximidade da minha casa, mas o Severino Montenegro é melhor por estar mais longe do rio e ser mais arborizado.
	i) Melhora o clima, traz bem-estar visual e incentiva o cuidado com a natureza.
E5	j) É a capacidade de usar conscientemente os recursos naturais para que no futuro eles não sejam extintos.
	k) Não, porque ele está próximo de um rio poluído e permite que seus usuários estejam em contato direto com o ar poluído, ele não consegue beneficiar plenamente os usuários.
	l) Não identifico, mas seria interessante realizar atividades aqui voltadas a preservação e também melhorar a estrutura para isso.
	a) Traz lazer gratuito e renda para os vendedores ambulante que ficam lá fora.
	b) Considero boa, só falta policiamento aqui dentro.
	c) Sim, porque beneficia a população com áreas de lazer.
	d) Não, o gramado tá mal cuidado, falta equipamento, falta água e não tem segurança.
	e) Não, falta até equipamentos para exercícios.
	f) Se sentir bem, relaxar, fazer algo que gosto depois de uma semana de trabalho.
	g) Sim, falta apenas melhorar a estrutura.
E6	h) Não muito, me sinto inseguro e às vezes o mal cheiro incomoda.
	i) Elas diminuem o calor e melhoram o clima.
	j) Acho que é cuidar da natureza, das plantas dos animais e dos rios.
	k) Acho que sim, a prefeitura plantou muitas árvores que melhoram a temperatura
	l) Eu não sei dizer, pelo menos, eu nunca vi.
	a) Ele oferece lazer pra família, pras crianças e permite encontros entre as pessoas.
	b) Boa, precisa melhorar o que já tem.
	c) Sim, porque precisa manter os parques em boas condições para as pessoas usarem.
	d) Não, falta estrutura, segurança e cuidar das plantas
	e) Não, seria bom se tivesse exercício para os idosos, aula pros jovens e atividades com as crianças.
f) É beber com os amigos, sair com a família, se divertir longe do trabalho do dia-a-dia.	
E6	g) Sim, aqui dá pra fazer piquenique com família e se reunir com os amigos.
	h) Sim, porque me traz calma.
	i) Proporciona calma, contato com a natureza, diminui o calor e dá sombra.
	j) É cuidar do meio ambiente através da reciclagem, de economia de água, essas coisas.
	k) Bom, ele tem as plantas que melhoram a temperatura, ele aproxima as pessoas da natureza, eu acho que ele é sustentável.
	l) Eu acredito que seria bom, mas acho que nunca fizeram nada disso aqui não.

ANEXO J — Roteiro de observações

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA

Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES A SEREM FEITAS EM CAMPO

- a) Como os usuários se comportam?
- b) Quais atividades são praticadas?
- c) Como se encontra a estrutura do parque?
- d) Como as pessoas se relacionam com a estrutura do parque?
- e) O parque apresenta características que remetam a sustentabilidade?
- f) Há atividades coletivas sendo realizadas?
- g) Quais características do espaço?

ANEXO K — Protocolo de estudo de caso

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE (CAA)
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



PESQUISA
Administração de Parques Urbanos em Função de Lazer e Sustentabilidade
— Estudo de Casos Múltiplos no Município de Caruaru (PE)

VISÃO GERAL

1. Os parques foram selecionados considerando suas datas de criação e suas finalidades essenciais — recuperação de áreas degradadas e oferta de lazer.
2. Proposições examinadas: políticas públicas de lazer, políticas públicas e sustentabilidade e procedimentos administrativos nos parques.
3. A investigação contribui com a difusão, entre a comunidade científica, de elementos ligados à administração pública em função do lazer e da boa qualidade de vida, além de permitir identificar problemas e sugerir à administração medidas que sanem ou reduzam tais problemas.
4. Os usuários dos Parques Ambientalista Severino Montenegro e São Francisco e as responsáveis por estes correspondem aos sujeitos do estudo.

PROCEDIMENTOS DE CAMPO

5. As entrevistas com as responsáveis foram realizadas em seus respectivos locais e horário de trabalho (Empresa de Urbanização e Planejamento; Parques Severino Montenegro e São Francisco).
6. As entrevistas com os usuários aconteceram nos parques, durante os horários de visitação.
7. Estabeleceu-se antecipadamente as datas, horários e roteiros das entrevistas e observações.

QUESTÕES DO ESTUDO DE CASO (EC)

8. Descrever as características dos parques.
9. Citar os procedimentos gerenciais adotados para ofertar lazer adequado e fomentar a sustentabilidade.
10. Como é a relação dos usuários com os parques (quais atividades são praticadas no espaço)?
11. Coletar dados relacionados aos pontos positivos e negativos de cada parque, através de relatos de responsáveis e usuários.
12. Descrever como se revela a estrutura administrativa do setor público responsável pelos parques.
13. Identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas pela administração.

GUIA PARA O RELATÓRIO DE ESTUDO DE CASO (EC)

14. O relatório do estudo de caso está desenvolvido nas constatações e resultados.
15. Para a coleta de dados se fez uso de textos científicos, documentos da PMC, leis e livros que tratassem os temas discutidos durante a pesquisa — lazer, políticas públicas, sustentabilidade e parque urbano.
16. As constatações e resultados consideraram a realização de comparações entre os fatos empíricos encontrados durante a pesquisa e as preposições teóricas estudadas.
17. A teoria consultada para o estudo de caso (EC) encontra-se descrita no referencial bibliográfico do TCC, dentre os principais autores estão: Dumazedier (1976), Camargo (1986), Sá Carneiro (2010), Gatti (2013), Secchi (2010), Philipp Jr.; Romero M. A.; Bruna G. C. (2004) e Yin (2005). Enfatiza-se que todos os demais autores também ofereceram contribuições significativas.